

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 008

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE MARÇO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário e com base no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, licença para tratamento de saúde, por 121 dias a contar da presente data, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Indicações:

INDICAÇÃO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E ECOLOGIA

Senhor Presidente.

Pela presente os deputados estaduais, membros da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia, desta Casa de Leis, manifestam seu apoio ao nome do deputado Beraldin, como presidente da mesma comissão.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(aa) BERARDIN, FERNANDO RIBAS CARLI, ALGACI TULIO, LUCINA RAFAGNIN, GERALDO CARTÁRIO, ADEMIR BIER e CLEITON KIELSE.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente comunicar a Vossa Excelência, que a partir da presente data a ilustre deputado Serafina Carrilho responderá pela Liderança da Bancada do Partido Liberal - PL, com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência do Projeto de Lei nº 12/01, de nossa autoria, que autoriza os servidores civis e militares faltarem ao serviço até 4 (quatro) dias por ano, para doação voluntária de sangue, sem prejuízo do salário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pleiteamos regime de urgência ao Projeto de Lei nº 12/2001, de nossa autoria, tendo em vista tratar-se de proposição de cunho eminentemente caritativo, ou seja, para beneficiar pessoas de todas as camadas sociais, especialmente os carentes.

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja aprovado regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 04/01, de sua autoria, que trata da revogação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que trata da autorização da venda das ações da Copel.

O presente projeto de lei encontra-se na C.C.J., desde o dia 02.02.2001.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco dos itens 01 e do 03 a 05, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja instalada uma Sessão Regional deste Parlamento na cidade de Foz do Iguaçu, para a discussão e votação de assuntos de interesse regional.

Aproveitando a nova filosofia de trabalho da presente Mesa Executiva, que visa a descentralização dos trabalhos, regionalizando as Sessões Legislativas desta Casa, o subscritor deste requerimento, pede a aprovação de sua proposição.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, formação de Comissão Parlamentar Especial, composta por 07 (sete) membros, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, acompanhar os trabalhos de investigação e apuração dos fatos amplamente denunciados pela imprensa estadual e nacional, relativos a desvio de recursos públicos na prefeitura municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO, LUIZ ACCORSI, ORLANDO PESSUTI, NEREU MOURA, TONY GARCIA, LUIZ CARLOS MARTINS, WALDYR PUGLIESI, DURVAL AMARAL, SERAFINA CARRILHO, ADEMAR TRAIANO, MARCOS ISFER, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, HERMES FONSECA, ELI GHELLERE, HERMAS BRANDÃO, SERGIO SPADA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MOYSÉS LEÔNIDAS, VALDIR

ROSSONI, LUCIANA RAFAGNIN E JOSÉ MARIA FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº 185

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve este requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Ferroni, conforme fundamentação abaixo.

Requer ainda que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento a família do ilustre pioneiro desaparecido.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

José Ferroni, desaparecido aos 79 anos de idade, foi um dos maiores e mais qualificados cafeicultores do Brasil e um incentivador da cafeicultura no Estado do Paraná. Agricultor de vocação, ele cultivava propriedades que perfaziam mais de cinco milhões de pés de café e, sempre aberto às mudanças, não hesitou em adotar a técnica inovadora do cultivo de café adensado quando da renovação das lavouras atingidas pela geada de 1975, em suas fazendas espalhadas por todo o Norte Pioneiro paranaense.

Com efeito, foi a partir das experiências conduzidas por Ferroni há mais de quinze anos que se generalizou a prática do adensamento do número de plantas na cafeicultura de nosso Estado, técnica afinal pesquisada pelo Iapar e reconhecida pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, durante nossa gestão.

Ferroni, embora natural do Estado de São Paulo, adotara o Paraná há mais de 50 anos, como local de residência e sede de seus negócios de café e gado, com sua firma Fazenda Califórnia Ltda., sediada em Jacarezinho - onde gera mais de 1.500 empregos durante a safra e um milhar deles de forma permanente. Ao desaparecer, no último fim de semana, deixa viúva a Excelentíssima senhora Julieta Ferroni, filhos e netos; e sobretudo, o legado de uma existência dedicada à agropecuária, como um incansável lutador pela cafeicultura de nossa terra.

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento de Oscar Henrique de Mesquita Boesel conhecido nos meios do hipismo como "Caíque".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de cruel e covarde assassinato, desaparece nosso amigo, Oscar Henrique de Mesquita Boesel, que

era conhecido nos meios do Hipismo como “Caíque”. Paranaense de Curitiba - Caíque era irmão do ex-campeão mundial de automobilismo Raul Boesel, cujo falecimento aconteceu em São Paulo.

O extinto era filho de Jorny Boesel e Elizabea. Além de Raul deixou os irmãos.

O passamento de Oscar Henrique veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles, este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênção a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o senhor que olhará para a condição humana do seu Servo Oscar Henrique.

Será grande o céu e a paz sobre Oscar Henrique de Mesquita Boesel e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Oscar Henrique para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Oscar Henrique sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio do parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mesquita Boesel, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Mário Massaji Kubo, ocorrido ontem, dia 21.02.2001, em São Paulo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 53 anos de idade faleceu, em data de 21.02.2001, o doutor Mário Massaji Kubo.

O extinto deixa viúva dona Maria Penha Kubo e os filhos: Karina, Márcio e Hana.

O passamento do doutor Mário veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles, este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênção a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o senhor que olhará para a condição humana do seu Servo Mário.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre o doutor Mário Massaji Kubo e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do doutor Mário para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Mário sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio do parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Massaji Kubo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Será grande o céu e a paz sobre o doutor Mário Massaji Kubo e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Mário para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Mário sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio do parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Massaji Kubo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor João Vieira Marçal, Ancião mais velho do Brasil da Congregação Cristã Brasil, falecido no último dia 02 de março no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio e voto de pesar, para a família do senhor Carlos Alberto de Carvalho, presidente municipal do PPS, falecido no último dia 03 de março no município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Aires Domingues, vice-prefeito do município de Mariluz, falecido no último dia 28 de fevereiro no citado município.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa voto de pesar pelo falecimento do vereador Gentil Bassanessi, ocorrido hoje em Bom Jesus do Sul.

Requer, ainda, se dê ciência deste requerimento à família do extinto, na pessoa da viúva Oneide Bassanessi, à Avenida Ipiranga s/nº - CEP 85708-000 em Bom Jesus do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) CAÍTO QUINTANTA

JUSTIFICATIVA:

Morador em Bom Jesus do Sul há 40 anos, tendo sido inclusive um batalhador pela emancipação do município, Gentil Bassanesi era um vereador, já por duas legislaturas, como também atual presidente da Câmara Municipal.

Casado com a senhora Oneide Bassanesi e pai de 07 filhos, contava atualmente com 65 anos.

Seu falecimento, vítima de infarto profundo do miocárdio, deixa uma lacuna na política do município e

abala profundamente os familiares e o grande número de amigos de Gentil Bassanessi, entre os quais este parlamentar teve o privilégio de estar incluído.

Por este requerimento, externarmos nosso mais profundo pesar e inteira solidariedade à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do SD QPM 1-0 Adenilson dos Santos Silveira, falecido dia 28 de fevereiro do corrente, vítima de acidente automobilístico, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em 28 de fevereiro último o Policial Militar Sd QPM 1-0 Adenilson dos Santos Silveira. Era filho de Francisco dos Santos Silveira e Maria Benedita Silveira. Deixa viúva a senhora Solange Aparecida Silveira. Deixa ainda três filhos (Kuan, Rafaely e Bianca).

Incluídos na Polícia Militar em 26 de setembro de 1991 serviu na Cia. Independente da Guarda, 12º BPM, RPMON, Comando de Policiamento da Capital, 17º BPM e Agência Central de Inteligência.

O Silveira (como era conhecido por todos), ao longo de sua carreira trabalhou incansavelmente e era um dos orgulhos da Corporação Militar. Prova disso são as referências elogiosas que recebeu:

- Abril/97: do Comando Metropolitano - por confronto em assalto com reféns numa Joalheria em São José dos Pinhais/PR, onde prendeu os meliantes e evitou o furto de jóias, sem quaisquer danos aos marginais e aos reféns.

- Abril/97: da juíza de Direito da Única Vara Criminal de São José dos Pinhais - pelo mesmo fato anterior.

- Fevereiro/96: da Câmara Municipal de São José dos Pinhais - por evitar assalto à Agência do Banco Bamerindus localizada no Bairro Afonso Pena e posterior invasão do Shopping Celli por marginais.

- Fevereiro/96: do Comando de Policiamento da Capital - por captura e liberação de refém por ocasião de assalto ao Banco Bamerindus ocorrido em jan/96 em São José dos Pinhais.

- Março/96: do Gabinete do Comando Geral - pelo mesmo fato acima citado.

Atualmente trabalhando na Central de Inteligência da Polícia Militar compôs, junto com outros policiais militares, a Força Tarefa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Em sua função nunca poupou esforços para avançar nas investigações que a posição exigia. Estava sempre pronto para o trabalho, que realizou com precisão e acima de tudo, uma dedicação constante.

Para nós que convivemos com ele ao longo de todo o trabalho da CPI, ficou um vazio enorme. Sua disposição constante, sua amizade leal, sua serenidade equilibrada com a experiência de quem sempre enfrentou o perigo, somados ao seu sorriso fácil serão difíceis de esquecer - não poderemos preencher esta lacuna.

Silveira nos ensinou que as dificuldades do dia-a-dia devem ser ultrapassadas, em nome do dever. Nos mostrou que o caminho para se alcançar o que se quer é o da simplicidade, do trabalho, da dedicação - talvez por isso a grande quantidade de amigos que conquistou.

Perdemos um grande companheiro e a Polícia Militar perde um valioso soldado. À sua família enlutada (a/c Polícia Militar - Segunda Seção do Estado Maior - Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Curitiba - PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Baldon, pelo falecimento do senhor Valentin Baldon, ocorrido no dia 26 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à senhora Odete Rose Dalazuana, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua João Caron, 284 - Capivari - Colombo, CEP 83.415-150.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a)EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Arlindo Ribas de Oliveira, ex-vereador de Curitiba, falecido nesta capital.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa capital, em data de ontem, o senhor Arlindo Ribas de Oliveira.

Nascido nesta capital em data de 10 de janeiro de 1915, bacharelou-se em Direito. Foi por diversas vezes vereador da nossa capital; eleito pela primeira vez em 1951 (até 1955). Em 1958 ficou na suplência da Câmara municipal e foi eleito novamente em 1960, sendo reeleito e ocupando o cargo até o ano de 1976. Durante estes períodos, participou ativamente da Mesa Executiva das Câmaras Municipais, tendo sido primeiro secretário por três vezes.

Foi também delegado de Polícia Civil, cargo do qual aposentou-se com a certeza de ter cumprido o seu dever. Aliás, esta certeza ele teve durante toda a sua vida, pois foi um grande legislador da nossa capital.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-vereador Arlindo Ribas de Oliveira, ocorrido nesta data.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade faleceu, nesta capital em data de hoje, o ex-vereador e advogado Arlindo Ribas de Oliveira que era viúvo de Dona Maria Divalina Ribas de Oliveira e deixou um filho (Anderson).

Arlindo Ribas de Oliveira, foi vereador pela Câmara Municipal de Curitiba por 05 (cinco) legislaturas: para a primeira legislatura foi eleito em: 01.05.51 (PSP) - segunda legislatura eleito em 04.10.59 (PSP) - terceira eleito em 06.10.63 (PTB) - quarta eleito em 15.11.68 (MDB) e para a quinta legislatura eleito em 15.11.72 (MDB).

O passamento do ex-vereador Arlindo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre ele este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos: Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Arlindo Ribas de Oliveira.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre doutor Arlindo, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Arlindo Ribas de Oliveira, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Arlindo sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do governador Mário Covas, ocorrido na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada, Avenida Morumbi, 4500, Palácio dos Bandeirantes, CEP 06598-900, São Paulo - São Paulo.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Rede Paranaense de Comunicações - R.P.C., por ter sido a vencedora do XXV Prêmio Colunista do Paraná no ano 2000, e ainda: o ouro na categoria Mídia Imprensa, e ouro na categoria com o verão da R.P.C.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor presidente da Rede Paranaense de Comunicação, para que receba e transmita a todos os colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Rede Paranaense de Comunicação foi a grande vencedora do XXV Prêmio Colunista Brasil, como o veículo do Ano 2000. Conquistou ainda o “ouro” na categoria de Mídia Imprensa, pela peça publicitária “Gatos” usada para promover o campeonato de pesca no litoral e “Ouro”, também na categoria Campanha, com o “Verão da R.P.C.”.

O três prêmios conquistados na edição 2.000 do Prêmio Colunista do Paraná, encham de Júblio a todos nós paranaenses, especialmente pelo prestigiamento do talento dos profissionais de alto nível que integram a Rede Paranaense de Comunicação.

Portanto, não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este.

A notícia da grande conquista da rede Paranaense de Comunicação, galvanizou à população desta terra. Graças, porém, ao trabalho constante das idéias, a R.P.C. tem agora o seu lugar marcado na sociedade, nem poderia ser de outra forma. Daí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e colaboradores.

Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. Sentinela vigilante, a ela compete fiscalizar os atos daqueles que mantêm uma parcela do poder público.

Homens como o doutor Francisco Cunha Pereira Filho, são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as intempéries e os preconceitos.

Orgulha-se portanto, a sociedade paranaense, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que sirva de modelo e estímulo para compartilhar com todos os colaboradores da Rede Paranaense de Comunicação.

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente.

O deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja considerado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal Diário Popular, pela passagem do seu 38º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor presidente do jornal Diário Popular, para que receba e transmita a todos os colaboradores as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos os 38 anos de fundação do Jornal Diário Popular.

O Jornal Diário Popular, representa o verdadeiro espírito paranaense, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

A alta tecnológica aliada à capacidade criativa dos recursos humanos sob efficientíssima capacidade gerencial resume os fatores de sucesso do jornal e vem dando saltos vigorosos de avanços tecnológicos que se revestem de uma extraordinária elevação de qualidade como jornal de informações, entretenimento e lazer.

A informatização e a produção gráfica do jornal tem se aprimorado consideravelmente nos últimos tempos com nova feição.

O jornal Diário Popular, comandado pelo doutor Abdo Aref Kudri, vem se constituindo um testemunho da evolução e crescimento do nosso Estado.

É um reflexo do espírito paranista do seu diretor presidente.

Pelo exposto e por tantos outros destaques deste jornal, a sua direção e o corpo de funcionários, jornalistas e colaboradores, fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

“Certo poeta dizia:

O homem torna-se útil e medida que demonstra seus conhecimentos”.

“Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida”.

REQUERIMENTO Nº 189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de União da Vitória pela passagem de seus 111 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Hussein Bakri, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Domingos Forte Filho, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentam a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de União da Vitória, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política. Homenagem esta dedicada aos administradores de todos os tempos.

União da Vitória é um município que não é meu e nem seu; ele é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

União da Vitória, fundada pelo coronel Amazonas de Araújo Marcondes, um verdadeiro bandeirante, que lançou as sementes do desenvolvimento daquela região, implantando o sistema de transporte a vapor, removendo com seu pioneirismo um surto de progresso incomparável, motivando o governo, através do Decreto nº 54, de 27 de março de 1890, a elevar a então freguesia de Porto União da Vitória, à categoria de Vila, e, pelo Decreto 55 do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de município, desmembrado do município de Palmas.

Nas tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem suas raízes na cidade de União da Vitória, às margens do Rio Iguaçu, seu parque industrial vigoroso, baseado na transformação da madeira, da erva mate, da agricultura, etc...

União da Vitória, centro regional de primeira ordem, além de polarizar a comercialização de produtos da região e distribuição de mercadorias industrializadas para consumo, a cidade consolida uma feição industrial própria, que ajuda a radicar a população e elevar o nível da renda.

Parabenizamos portanto, na significativa data de 27.03.2001, a extraordinária população de União da Vitória que sempre soube lutar e trabalhar, transmitindo aos paranaenses e brasileiros um exemplo, uma lição de vida, o brado de união de todos para o bem comum.

Finalmente, vamos homenagear aquele que se chamou, se chama e se chamará para sempre, deputado Anibal Khury, transcrevendo o hino de euforia de sua autoria sobre a inauguração da nova Ponte sobre o Rio de Iguaçu, denominada de Domício Scaramella.

A NOVA PONTE

Um dia...

as águas vieram de roldão,
revoltas, volumosas, persistentes,
destruíram casas, indústrias,
emolduraram quadros comoventes.

É necessário uma ponte nova
prá garantir com toda energia
o progresso e a tranquilidade
de forma autêntica e permanente.

Construída com o otimismo dos imbatíveis

A nova ponte de União da Vitória

É marco decisivo de progresso

É início de manhã alvissareiras

É sempre segurança verdadeira

Colimando nobres ideais

Não mais o terror das enchentes
destruindo casas, indústrias...

Não mais o medo de perder tudo,
ao cair da tarde, ao findar no dia...

Nova ponte se ergue, segura, imponente,
trazendo calma e prosperidade,
no início de uma vida diferente.

Nova ponte de felicidade
afastando o choro da miséria fria,
afastando a pobreza doentia,
afastando a fome que mata o homem,
construindo somente a alegria.

Não mais o caos gerado pelas águas do Iguaçu desesperado...

Não mais o medo instalado pela falta do pão de cada dia...

Não mais o terror da morte iminente,
pelas grandes enchentes ou pela epidemia...

Agora, felizes, com a ponte nova
Podemos cantar um hino de euforia,
Não tememos inundações repentinas,
Unimo-nos de novo para outra vitória:
Somando as virtudes desse povo
Laborioso e útil,
Incansável e coerente,

Nova ponte se levanta, se firma, se constrói!

E o povo que confia nos seus representantes
Povo que unido vence sem desfalecer,
Vê surgir no horizonte de um lindo dia,
Claríssimo e sem nuvens,
Um novo alvorecer!

REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, a Suas Eminências Reverendíssimas Dom Geraldo Majella Agnello, Arcebispo de Salvador e dom Claudio Hummes, Arcebispo de São Paulo, pela sagração pelo Santo Padre, o Papa João Paulo II, como Cardeais.

Requer outrossim, que a da decisão da Casa, seja dada ciência a Dom Geraldo Majella Agnello e a Dom Cláudio Hummes.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Foi motivo de grande júbilo para todos nós, brasileiros, quando assistimos ontem pela televisão, a cerimônia de sagração de 44 novos Cardeais presidida pelo Santo Padre, o Papa João Paulo II.

Entre os nomeados encontra-se os brasileiros, Dom Geraldo Majella Agnello, Arcebispo de Salvador e Dom Claudio Hummes de São Paulo.

Cerca de 40 mil pessoas, inclusive 150 brasileiros assistiram na Praça de São Pedro, em Roma, a cerimônia de nomeação e investidura de 44 novos cardeais - cargo máximo da hierarquia Católica depois do Papa.

O ponto alto do rito que assistimos com muita honra pela televisão, foi sem dúvida a entrega do barrete vermelho - símbolo do compromisso de dedicação à Igreja que os novos cardeais assumiram, inclusive o de derramar seu sangue em nome da fé.

Ajoelhados diante do Santo Padre, os novos cardeais juraram fidelidade, receberam o barrete e a bula com a nomeação. No final da cerimônia abraçaram e beijaram o pontífice.

“Vocês são os primeiros Cardeais do novo milênio”. disse S. Santidade João Paulo II, em sua homília. “A Igreja deve preparar-se para enfrentar os desafios de um planeta globalizado”, afirmou ao pedir aos novos Cardeais que juntos soltem as velas da igreja para que ela possa ganhar mar aberto e levar ao mundo sua mensagem de salvação.

É grande a satisfação que sentimos em poder saudar em nome do povo paranaense que representamos na Assembléia Legislativa do Paraná Dom Geraldo Majella Agnello e Dom Cláudio Hummes que no final da linda cerimônia receberam o anel cardinalício.

Como ovelhas submissas, portanto, estamos prontos para ouvir a palavra apostolar dos novos Cardeais brasileiros, a imitar os seus exemplos, a seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Sejam pois, bem-vindos entre nós brasileiros de todos os rincões, ilustres príncipes da Santa Madre Igreja, na certeza de que estaremos ansiosos para demonstrar-lhes o nosso apeço e afetuoso amor filial.

REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações ao prefeito Gilmar Eugenio Secco, do município de Diamante do Oeste, ao vice-presidente Armando Polita, primeiro tesoureiro Helio Bremm, segundo tesoureiro Italo Fernando Fumagalli, primeiro secretário Dionízio Rerdt e segunda secretária Janete Vivan pela eleição de presidente, vice-presidente e demais membros do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu.

A apresentação do presente requerimento deve-se ao fato de que, o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros vem sendo uma entidade de grande prestígio em todo o Paraná, e especialmente nos municípios associados, onde o trabalho vem sendo exemplar. O presidente e o vice-presidente e demais membros empossados da entidade são motivo de orgulho a todo cidadão do município, merecendo também o reconhecimento deste Poder Legislativo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao prefeito de Diamante do Oeste e demais membros do Conselho de Desenvolvimento dos municípios Lindeiros.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata desta sessão voto de congratulações ao jornal Diário Popular pela comemoração de seus 38 anos, completados no último dia 04 de março.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1963 para cobrir as áreas policial e esportiva, com um jornalismo sério e de qualidade editorial, há 38 anos o jornal Diário Popular vem atingindo seus objetivos de bem informar, sempre intransigente em defesa da ética, da moral e do progresso do povo do Paraná.

Sob a direção do competente e respeitado jornalista Abdo Aref Kudry, o Diário Popular caminha hoje para uma consolidação de sua circulação no interior do Estado, sempre no caminho do exame criterioso dos fatos, na batalha das causas paranas e da análise independente da situação estadual e nacional

REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

nova Mesa Diretora Executiva do município de Campo Largo, pela sua eleição.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Campo Largo empossou sua nova Mesa Diretora Executiva, para o biênio 2001/2002, que ficou assim composta:

- presidente: João Maria Zanlorensi
- secretário: Ivo Roque Scapin
- 1º vice-presidente: Airton José de Oliveira
- 2º - vice-presidente: Said Mattar
- 2º - secretário: Jefferson Cavalli Cuba.

Pela posse dos nobres vereadores, e desejando sucesso na nova empreitada, recebam os membros da nova Mesa Diretora Executiva Municipal de Campo Largo (R. Benedito Soares Pinto, 2126 - 93601-040 - Campo Largo/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Mesa Diretora Executiva do município da Lapa, pela sua eleição.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal da Lapa empossou sua nova Mesa Diretora Executiva, para o biênio 2001/2002, que ficou assim composta:

- presidente: Sérgio Augusto Leoni
- vice-presidente: Osvaldo Benedito Camargo
- 1º secretário: Marco Antonio Borboletto
- 2º - secretário: Dirceu Rodrigues Ferreira

Pela posse dos nobres vereadores, e desejando sucesso na nova empreitada, recebam os membros da nova Mesa Diretora Executiva Municipal da Lapa (Alameda David Carneiro, s/n - Cx. Postal 04 - 83750-000 - Lapa/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Mesa Diretora Executiva de Pontal do Paraná, pela sua eleição.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Pontal do Paraná empossou sua nova Mesa Diretora Executiva, para o biênio 2001/2002, que ficou assim composta:

- presidente: José Mauri Zampieri
- vice-presidente: Neri Antônio da Silva
- 1º secretário: doutor Valdevino Simões Périco
- 2º - secretário: Nelson Lorençone

Pela posse dos nobres vereadores, e desejando sucesso na nova empreitada, recebam os membros da nova Mesa Diretora Executiva Municipal de Pontal do Paraná (Palácio 20 de Dezembro - Câmara Municipal - Avenida Beira Mar, s/n - Balneário Pontal do Paraná/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao tenente coronel QOPM Jorge Luiz Rodrigues, por assumir o Comando da Polícia Rodoviária do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Na última semana, assumiu como novo comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná o tenente coronel QOPM Jorge Luiz Rodrigues.

Nascido em 7 de março de 1954, é curitibano, casado com a senhora Andréa Luíza de Oliveira Rodrigues e tem 2 (dois) filhos. Ingressou na Escola de Formação de Oficiais na Academia Policial do Guatupê em 1972 e em 1974 foi declarado aspirante e em 13 de dezembro de 1975, pelo Decreto 999/1976 foi promovido ao posto de 2º tenente.

Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Curitiba o tenente coronel Jorge Luiz Rodrigues fez diversos cursos de especialização, inclusive pós-graduação em administração policial militar (UFPR). Dentre as muitas atividades que desenvolveu dentro da Corporação, destacamos as seguintes como oficial superior: chefe interino a 1ª Sessão em PMPR; comandante da Cia. de Polícia de Choque; oficial de planejamento do 13º BPM; sub-comandante do 13º BPM; sub-comandante do RPMON; chefe do setor de planejamento de diretoria de ensino; comandante do 12º BPM e assistente do comando geral.

Sem dúvida, o cargo que hora alcança é muito merecido pelo tenente coronel Luiz Rodrigues, já que seu caminho dentro da Corporação Militar é impecável e sua trajetória demonstra tê-lo preparado para exercê-lo da forma dedicada e irrepreensível como sempre trabalhou.

Pela posse, receba o tenente coronel QOPM Jorge Luiz Rodrigues (Polícia Rodoviária - A/C Quartel da Polícia Militar - Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Paranaense de Comunicação, pela eleição como “Veículo de Comunicação do Ano”.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Rede Paranaense de Comunicação - RPC é a grande vencedora do XXV Prêmio Colunista do Paraná no ano de 2000. O resultado da etapa regional do Prêmio apontou a RPC como “Veículo do Ano” em 2000.

O juri deste ano, concedeu ainda à RPC o Ouro na Categoria Mídia Imprensa, pela campanha publicitária “Gatos” usada para promover o campeonato de pesca no litoral do Estado e o Ouro na Categoria Campanha com o “Verão da RPC”.

Os vencedores regionais do Prêmio estão automaticamente indicados a concorrer no certame nacional, onde são escolhidos os mais importantes, criativos e talentosos profissionais, campanhas e empresas de comunicação, publicidade e marketing do País. Considerada uma das premiações mais importantes na área da propaganda, reunindo trabalhos de todo o Estado, o certame regional do Prêmio Colunista teve este ano 1080 inscrições.

A RPC é reconhecidamente merecedora destes prêmios. Com 8 emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo, 3 jornais diários, uma rádio FM e os portais Tudo-paraná e Tudoparaná Wap é o maior e mais atuante grupo de comunicação do nosso Estado e é também destaque a nível nacional, pois possui jornalismo sério e respeitado, equipe de trabalho de elevadíssimo nível e sempre primou pela qualidade e compromisso ético e profissional em seu trabalho.

Pelas merecidas premiações, receba a Rede Paranaense de Comunicação (Avenida Batel, 1323 - 80420-090 - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Jornal Diário Popular, pela comemoração de seus 38 anos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de março de 1963, o Diário Popular começava a circular no Paraná. Nascido às vésperas do famoso Golpe de 64, o Jornal criado para falar sobre a realidade policial e o universo esportivo, trilhou, ao longo destes 38 anos um caminho brilhante, uma trajetória repleta de sucessos, primando sempre pela sua postura imparcial e crítica, mantendo uma linha independente e séria, com elevada qualidade editorial.

Como a maioria dos veículos de comunicação o Diário Popular passou por reformas, acompanhando a evolução tecnológica: em 1986 foi preparada a fase colorida, inaugurada 8 anos depois (em 1994); em 1996 já se haviam aposentado todas as máquinas de escrever do Jornal, que já contava com modernos computadores e softwares para composição editorial e diagramação.

O Jornal Diário Popular, lido diariamente por milhares de paranaenses, possui dentre suas principais publicações “Os Melhores do Ano”, publicada anualmente há 32 anos, que traz personalidades que se destacaram em suas áreas de atuação. Outra promoção do Jornal é o “Chuteira de Ouro” publicada no mês de junho e que destaca os melhores do futebol paranaense e nacional. Há 3 anos, o Jornal Lançou o Popular Esportivo que circula aos domingos e cujo carro chefe é o futebol.

O Diário Popular é referência em quase todo o Estado. Na nossa Capital é comum vermos diariamente pessoas se acumulando em portas de bancas de revistas para ler suas manchetes. Com uma diagramação que permite a leitura fácil, o Jornal aborda os mais diversos temas, o que torna a sua leitura diária obrigatória por quem quer estar por dentro dos acontecimentos.

Ao Jornal Diário Popular, pela comemoração de seus 38 anos, através de seu diretor-presidente senhor Abdo Aref Kudri (Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, votos de congratulações, ao jornal Diário Popular, pela passagem de seus 38 anos de fundação, no último dia 04 de março.

Requer, ainda, seja enviado expediente ao diretor presidente desse conceituado órgão de imprensa, jornalista Abdo Aref Kudri, com os cumprimentos extensivos a toda a diretoria e corpo de jornalistas e funcionários que durante todos esses anos se dedicaram à informação e à comunicação com isenção e modernidade.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sesc Centro, pela realização dos eventos “Sesc Triathlon Caiobá e Triathlon Infante Juvenil”.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em treze anos de realização, o Sesc Triathlon Caiobá é a prova mais charmosa do Brasil nesta modali-

dade. O evento projeto a entidade e reforça sua ação na área de esportes, possibilitando assim a participação de diversos segmentos da comunidade que buscam práticas esportivas mais aperfeiçoadas.

Este ano 578 triatletas inscreveram-se para a prova, o que representou um recorde de participantes desde o início da competição. O Sesc Triathlon Caiobá sempre conta com grande nomes desse esporte. Entre eles atletas que representaram o Brasil nas Olimpíadas de Sidney, na Austrália, como o paranaense Juracy Moreira Júnior, Armando Barcelos, Mariana Ohata, Carla Moreno e Sandra Soldan. Além destes muitos outros atletas de destaque nacional também competiram e ainda atletas internacionais como norte-americanos e canadenses o que elevou o nível técnico da competição.

A organização de um evento desse porte faz com que o SSC não se destaque apenas no Brasil, mas no mundo, uma vez que a Instituição ultrapassa suas fronteiras, ganhando notoriedade internacional. Para a organização do Sesc Triathlon de Caiobá a entidade contou com o apoio da Prefeitura do Litoral, órgãos oficiais de segurança e imprensa em geral, além de estagiários de educação física, totalizando mais de 300 pessoas envolvidas com a prova.

Neste ano, os atletas estrangeiros foram os que subiram ao pódio. O norte-americano Victor Plata e a canadense Carol Montgomery conquistaram o título da prova. O paranaense Juracy Moreira Júnior, terminou a prova em segundo lugar seguido pelo carioca Armando Barcellos.

No feminino a paulista Carla Moreno ficou com a segunda colocação e Mariana Ohata de Brasília em terceiro lugar.

O primeiro Triathlon Infanto-Juvenil reuniu 43 atletas com idades entre 09 e 12 anos e atingiu com plenitude os objetivos propostos, considerando a sensibilização do público e o incentivo à prática salutar do esporte.

Pela realização das duas importantes provas, receba o Sesc através de sua diretoria (Visconde do Rio Branco, 969 - Ctba.) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelo lançamento do jornal "Tribuna de Ivaiporã", que teve sua primeira edição circulado em toda a região do Vale do Ivaí, no dia 18 de fevereiro próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor geral do referido jornal, Nery José Thomé, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Castelo Branco, 1090 - A- CEP 76870-000 Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Biblioteconomia, alusivos ao do bibliotecário, a ser comemorado no dia 12 de março.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a presidente, senhora Neide Camargo Mutti, a ser encaminhada a Pça. Zacarias, 80, CEP 80020-080 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Paraná, alusivo ao Dia da Mulher, a ser comemorado no dia 08 de março.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a presidente senhora Maria Inês Borges da Silveira, a ser encaminhada, Rua XV de Novembro, 621, sala 507, CEP 80020-925 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Missal, alusivos a comemoração do 18º aniversário de emancipação política que ocorreu no último dia 1º de fevereiro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Laci Deonísio Giehl e ao presidente da Câmara senhor Edmar Filipin, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Nossa Senhora da Conceição, 555 CEP 85890-000, município de Missal-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Academia Paranaense de Medicina, alusivos a posse dos novos acadêmicos, que ocorreu no último dia 09 de março

Requer ainda que do presente se dê ciência ao doutor Luiz Fernando Bleggi Torres e ao doutor Pedro Aloysio Kreling, através de correspondência a ser enca-

minhada a Rua Cândido Xavier, 575 CEP 80240-280, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao tenente coronel QOPM Jorge Luiz Rodrigues, alusivos a sua posse no comando do Batalhão de Polícia Rodoviária da Polícia Militar do Paraná, que ocorreu no último dia 22 de fevereiro.

Requer ainda que do presente se de ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Frei Henrique de Coimbra, 1011, CEP 81630-220, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações e sucesso aos empresários doutor Nery José Thomé e Dorly B. Thomé, diretores proprietários da empresa jornalística Tribuna do Interior de Campo Mourão, pela brilhante e arrojada iniciativa de lançar o jornal "Tribuna de Ivaiporã", com sede naquele progressista município, com objetivos de manter bem informados os moradores de todo o Vale do Ivaí, mantendo assim a tradição de 30 anos da "Tribuna", de procurar espelhar os fatos com clareza e imparcialidade, quesitos indispensáveis para a credibilidade em veículos de comunicação.

Requer ainda, que da aprovação desta, seja dada ciência aos senhores Nery José Thomé e Dorly B. Thomé (Rua Roberto Brzezinski, 842 - CEP 87.301-110 - Campo Mourão - PR).

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ariel Soares de Menezes e Laura Soares de Menezes, que completou 53 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confi-

ança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Luiz Gregório Coradassi e Magdalena Coradassi, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Francisco José e Mercedes Pereira José, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, ami-

gos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Luiz Carlos Martins e Maria do Rocio Martins, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Martinkoski e Neusa Maria Martinkoski, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Douglas Macarthur de Oliveira Boechat e Maria Lúcia Boechat, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Octávio Müller e Josefina Müller, que completou 60 anos de união conjugal, celebrando bodas de diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Sebastião Teodoro da Silva e Joana Szpak Teodoro da Silva, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a

confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Jardim Castelo Branco, pela realização do “1º Congresso de Missões Jardim Castelo Branco”.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Jardim Castelo Branco, desta capital, realizou o “1º Congresso de Missões Jardim Castelo Branco”. O evento teve lugar entre os dias 03 de março (sábado) e 04 de março (domingo).

Com o tema “III Milênio, o povo clama por salvação”, o congresso contou com muitas presenças importantes de pastores e líderes religiosos e comunitários, além da participação maciça do povo de Deus que acompanhou atento as preleções.

Eventos como este, com certeza, são o verdadeiro caminho para a salvação da humanidade. Num mundo em que vivemos atualmente estamos cercados de violência, falta de entendimento entre os homens, pessoas desenganhadas. Só a união dos irmãos em torno da palavra de Deus pode abrir um caminho, mesmo que árduo, mas possível de se realizar, através do trabalho em comunhão de todos os que acreditam na salvação e num mundo melhor.

Pela realização do “1º Congresso de Missões Jardim Castelo Branco, receba a Igreja Assembléia de Deus em Jardim Castelo Branco, através de seu pastor presidente Pr. José Pimentel de Carvalho (Rua Vereador Antonio Giacomassi, 25 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 279

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Mesa Diretora Executiva do município de Adrianópolis, pela sua eleição.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara municipal de Adrianópolis empossou sua nova Mesa Diretora Executiva, para o biênio 2001/2002, que ficou assim composta:

- presidente: Elionai José Vaz

-vice-presidente: Gilberto Raimundo Pereira

- 1º secretário: Juarez Pereira da Fonseca

- 2º secretário: Paulo Amador de Lima

Pela posse dos nobres vereadores, e desejando sucesso na nova empreitada, recebam os membros da nova Mesa Diretora Executiva Municipal de Adrianópolis, (Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 56 - 83490-000 - Adrianópolis/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 280

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Santa Casa de Misericórdia de Londrina, pela comemoração de seus 65 anos de fundação.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Londrina, está completando 65 anos de sua fundação. Criada em 1º de março de 1936, a princípio com o nome de Sociedade Beneficente e tendo como presidente o pioneiro Arthur Thomas, a irmandade tinha como principal objetivo construir um hospital. Graças à contribuição de cada membro da irmandade foi possível construir a Santa Casa de Londrina, que até hoje continua prestando atendimento à comunidade.

Além da ajuda da comunidade, através de 217 irmãos, que contribuem com valores variados e das 85 senhoras do Grupo de Apoio Pró-Vida, a Santa Casa de Londrina conta com recursos oficiais para manter seus serviços.

Referência em todo o Estado, a Santa Casa de Londrina é um centro de excelência em atendimento hospitalar e presta socorro a muitos pacientes não só de Londrina, mas de toda a região do Norte do Estado, pois diariamente às suas portas batem pacientes advindos dos mais diversos locais. A instituição realiza em média 100 mil atendimentos ao ano. Para este grandioso trabalho conta com a labuta incansável de 950 funcionários, além de médicos e das irmãs do Instituto Secular de Maria de Schoenstaff (que estão na Irmandade desde o seu início).

Pela comemoração de seus gloriosos 65 anos de fundação, rogando a Deus que continue iluminando e abençoando o caminho de todos que, por suas mãos dão vida à Santa Casa de Londrina, receba aquela Instituição, através de seu Provedor - senhor Oberlandir Garcia Araújo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Pluma Conforto e Turismo, pela comemoração de seus 35 anos de fundação.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Pluma Conforto e Turismo está completando 35 anos de fundação. Fundada em fevereiro de 1966 pelo empresário Dorvalino Galiotto, a empresa é líder de mercado na região Sul do País e tem se destacado neste competitivo setor por suas iniciativas pioneiras, introduzindo permanentemente em suas operações diferenciais de qualidade, visando a satisfação de seus clientes e a excelência de seus serviços.

Atuando no setor de transporte rodoviário de passageiros, de cargas e encomendas, fretamento turístico e como operadora logística, a Pluma conta com uma frota de mais de 500 veículos entre ônibus, caminhões, vans e carros de apoio. A empresa opera no Brasil com mais de 70 linhas e ainda está presente em três países do Mercosul: Argentina, Chile e Paraguai.

Mas esta potência empresarial em que a Pluma se transformou não aconteceu de um dia para o outro. A Pluma começou suas atividades com 170 funcionários e 34 ônibus em sua frota. De sua fundação para cá, sempre sob o comando de Dorvalino Galiotto - um gaúcho de Flores da Cunha ativo e trabalhador - A Pluma cresceu: hoje conta com 1.350 funcionários e uma frota de 500 veículos. Opera em cerca de 70 linhas no setor de transporte rodoviários de passageiros, atende mais de 200 cidades nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além das linhas internacionais. Transporta atualmente cerca de 2 milhões de passageiros/ano e roda aproximadamente 40 milhões de quilômetros/ano. Só no setor de encomendas, a Pluma atende mais de 900 cidades no Brasil.

mesmo com o falecimento de seu fundador, a Pluma continua sendo referência em transporte e é um dos orgulhos da nossa cidade e do nosso Paraná. pela comemoração de seus gloriosos 35 anos de fundação, receba a empresa Pluma Conforto e Turismo, através de seu diretor - senhor José Octavio de Mello (Avenida Presidente Afonso Camargo, 850 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeropor-

tuária, pela inauguração da Escola de Informática e Cidadania.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurada em data de ontem, a Escola de Informática e Cidadania da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), no primeiro andar do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais.

A unidade é resultado de uma parceria entre a Infraero, Prefeitura e Comitê para a Democratização da Informática (CDI) - ONG que desenvolve trabalhos de profissionalização nesta área. O curso é destinado à população carente que reside próximo ao Aeroporto.

No início do projeto estão sendo atendidos 30 jovens, sendo 10 em cada período. Cinco voluntários foram treinados pelo CDI para desenvolver o trabalho. As aulas são cobradas (simbolicamente) dos alunos (entre R\$5,00 e R\$15,00) e a verba é usada na manutenção da escola e para oferecer uma ajuda de custo aos voluntários.

A meta do projeto é atingir 260 alunos anualmente, formados pela escola.

Pela inauguração da Escola de Informática e Cidadania, receba a Infraero (Aeroporto Afonso Pena - São José dos Pinhais/PR), através de seu superintendente senhor João Roberto de Paula, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, pelo lançamento do Projeto Cidadão 2001.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de criar multiplicadores para auxiliar no combate às drogas, a Secretaria de Justiça e Cidadania e o Conen lançaram ontem o Projeto Jovem Cidadão 2001. O programa é dirigido aos meninos que vivem nas ruas de Curitiba e região metropolitana.

Desenvolvido pelo Conen o programa terá inicialmente a participação de 60 jovens. Foram escolhidos adolescentes que tiveram experiências com drogas ou que vivem em locais onde o acesso às drogas é mais fácil e nesta primeira etapa será priorizado o atendimento aos meninos e meninas que vivem no Centro da cidade e depois se estenderá aos bairros e região metropolitana.

A campanha também conta com a participação da Polícia Militar do Paraná. Através do programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, em parceria com as Secretarias de Educação, são ministradas aulas que ensinam as crianças a reforçar a auto-estima, lidar com as

tensões e resistir às pressões dos companheiros para experimentar drogas.

Pela importante iniciativa, receba a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, através do secretário Pretextato Taborda Ribas (Marechal Hermes, 751 - 4º andar - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 285

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes, pelo lançamento do Projeto Cidadão 2001.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de criar multiplicadores para auxiliar no combate às drogas, a Secretaria de Justiça e Cidadania e o Conen lançaram ontem o Projeto Jovem Cidadão 2001. O programa é dirigido aos meninos que vivem nas ruas de Curitiba e região metropolitana.

Desenvolvido pelo Conen o programa terá inicialmente a participação de 60 jovens. Foram escolhidos adolescentes que tiveram experiências com drogas ou que vivem em locais onde o acesso às drogas é mais fácil e nesta primeira etapa será priorizado o atendimento aos meninos e meninas que vivem no Centro da cidade e depois se estenderá aos bairros e região metropolitana.

A campanha também conta com a participação da Polícia Militar do Paraná. Através do programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd, em parceria com as Secretarias de Educação, são ministradas aulas que ensinam as crianças a reforçar a auto-estima, lidar com as tensões e resistir às pressões dos companheiros para experimentar drogas.

Pela importante iniciativa, receba o Conen, através de sua coordenadora - senhora Anita Zippin (Rua E. G. Nascimento, 1125 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao tenente coronel QOPM Aramis Linhares Serpa pelo trabalho desenvolvido à frente do Batalhão da Polícia Rodoviária do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Na última semana, assumiu o novo comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária do Paraná, tendo deixado aquele cargo o tenente coronel QOPM Aramis Linhares Serpa.

Nascido no município paranaense de Manguaçu em 21 de fevereiro de 1954, é casado com a senhora Ivete de Carvalho Linhares Serpa e tem dois filhos. Ingressou na Polícia Militar como cadete em 1º de março de 1974 e foi declarado aspirante a oficial em 16 de dezembro de 1976.

Bacharel em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e licenciado em Educação Física pela Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, o tenente coronel Linhares Serpa fez muitos cursos de especialização, inclusive pós-graduação em Administração de Segurança Pública (convênio com a Universidade do Sul de Santa Catarina).

Recebeu, ao longo de sua carreira, as seguintes medalhas: Medalha Policial Militar de Bronze, Medalha Policial Militar de Prata, Medalha de Mérito Escolar de Ouro (coronel João Gualberto) e Medalha de Mérito Escolar em Bronze (general Carneiro)

Exerceu dentro da Polícia Militar muitas atividades. Entre elas, como Oficial Superior destacamos: comandante do Colégio da Polícia Militar, professor do Colégio da Polícia Militar, instrutor da Academia Policial do Guatupê, chefe da seção técnica da Diretoria de Ensino do PMPR, comandante do Batalhão de Polícia da Guarda, comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, chefe do Estado Maior da CPI e comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária, cargo que exerceu com brilhantismo e dedicação - marcas registradas de seu constante trabalho.

Pelo trabalho impecável desenvolvido à frente do Comando do Batalhão de Polícia Rodoviária, receba o tenente coronel QOPM Aramis Linhares Serpa (Polícia Rodoviária - a/c Quartel da Polícia Militar - Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401 - Curitiba/PR) os votos de louvor do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 306

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de irrestrito apoio ao nome do advogado Ubirajara Carlos Mendes, que concorre, em lista tríplice, ao cargo de juiz togado do Tribunal do Trabalho da 9ª Região (Paraná), em vaga reservada à advocacia.

De múltipla formação acadêmica (direito e engenharia) e com o grau de mestre em Direito Civil e das Relações Sociais outorgado pela PUC-SP, o doutor Ubirajara Carlos Mendes conjuga um amplo leque de fatores positivos que o credenciam ao cargo postulado. Ex-asserador de juiz e diretor-geral do mesmo órgão para o qual busca nomeação, é possuidor de vasta experiência na advocacia, na administração pública e no magistério superior.

Sendo assim a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está convicta de que, com a nomeação do doutor Ubirajara Carlos Mendes, estará fazendo justiça não

só ao brilhante jurista, como também à cidade de Ponta Grossa - Capital Cívica do nosso Estado e que atualmente carece de representação naquele Tribunal Regional com a recente aposentaria do Excelentíssimo senhor juiz José Fernando Rosas.

Após a aprovação deste requerimento, solicitamos o encaminhamento de ofícios às seguintes autoridades: Excelentíssimo senhor Marco Antonio Maciel, vice-presidente da República Federativa do Brasil; Excelentíssimo senhor doutor José Gregori, ministro da Justiça; Excelentíssimo senhor ministro Pedro Pullen Parente, ministro-chefe da Casa Civil; Excelentíssimo senhor doutor Gilmar Ferreira Mendes, advogado-geral da União.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, HERMAS BRANDÃO, MARCOS ISFER, AUGUSTINHO ZUCCHI, MOYSÉS LEÔNIDAS, VALDIR ROSSONI, NELSON TURECK, TONY GARCIA, GERALDO CARTÁRIO, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, ANTONIO CARLOS BELINATI, EDNO GUIMARÃES, ORLANDO PESSUTI E CLEITON KIELSE.

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, atuação e parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, bem como formaliza pedido para que proceda levantamento da declaração feita pelo ex-secretário da Fazenda do município de Maringá, Luiz Antonio Paolicchi, a respeito deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário com fundamentos na Resolução nº 009/2000 (Código Ética e Decoro Parlamentar deste Poder Legislativo) a manifestação conclusiva da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no que tange a apuração do relato do senhor Luiz Antonio Paolicchi, ex-secretário da Fazenda da Prefeitura de Maringá, que se encontra preso e custodiado pela Justiça Federal.

O referido senhor quando de seu depoimento perante o juízo da 2ª Vara da Justiça Federal de Maringá, na data de 23 de fevereiro do corrente, citou o bom nome desta deputada impondo a minha pessoa condutas que não condizem com a realidade.

Para que seja restabelecida a verdade e a conseqüente reparação dos danos causados a imagem e à moral desta parlamentar, há a imperiosa necessidade de apuração de todos os fatos, sendo mister a manifestação da

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar dessa augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, com fundamentos na Resolução nº 009/2000 (Código de Ética e Decoro Parlamentar deste Poder) a manifestação conclusiva da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no que tange a apuração do relato do senhor Luiz Antonio Paolicchi, ex-secretário da Fazenda do município de Maringá que se encontra preso e custodiado pela Justiça Federal.

Tal requerimento funda-se no fato que o referido senhor, procedeu à citação deste parlamentar, quando de seu depoimento perante o juízo da 2ª Vara da Justiça Federal de Maringá, na data de 23 de fevereiro do corrente, imputando a minha pessoa condutas que não condizem com a realidade.

Para que sejam apurados todos os fatos, afim da obtenção da verossimilhança, subscrevo o presente, na certeza absoluta de que esta Casa de Leis através da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, saberá manifestar-se restituindo a verdade, livrando este parlamentar da injusta agressão sofrida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente.

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual, que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas a Sua Excelência o senhor Antonio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, providências de sua Pasta, para o amparo aos Viticultores da região Norte do Estado que tiveram problemas em sua safra.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) HERMES FONSECA FILHO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido se consubstancia nas conclusões originárias da "Mesa Redonda", sobre a comercialização da uva, realizada em Cornélio Procópio-Pr, em 12 de fevereiro de 2001, promovida pela Emater, Seab, Faepe, com apoio de Cooperativas, Sindicatos, Associações de Classe, Prefeituras de Cornélio Procópio e diversas outras entidades que encaminhamos, anexas.

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor

Rafael Dely, digníssimo secretário especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 40 unidades residenciais no município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A sociedade de Boa Vista da Aparecida, é integrada em sua grande maioria por famílias de baixa renda, apresentando um elevado déficit habitacional, diante da impossibilidade dos moradores adquirirem imóveis de particulares, razão pela qual se faz necessário um especial esforço do governo do Estado, através da Secretaria da Política Habitacional, visando incluir o município no programa Casa Feliz, cuja municipalidade já possui uma área disponível para a edificação de mais 40 unidades, reduzindo assim a carência de casas populares naquela cidade.

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor José Tavares, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a reforma geral do prédio da Delegacia de Polícia no município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor José Tavares, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a reforma geral do prédio da Delegacia de Polícia do município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O prédio da Delegacia de Polícia de Boa Vista da Aparecida encontra-se em estado precário, necessitando de urgentes serviços de reforma para proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores daquela unidade bem como maior comodidade ao público.

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor José Cid Campelo, digníssimo secretário de Estado do Governo, solicitando a liberação de recursos, através da Paraná Esporte, visando a execução de serviços de melhoria no ginásio de esportes do município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O ginásio de esportes de Boa Vista da Aparecida é um local público onde se realizam diversos eventos esportivos e outros acontecimentos com a participação de toda a comunidade, o qual não possui fechamento lateral.

Ocorre que no dia de chuva e ventos fortes a realização dos eventos são prejudicados, uma vez que a população evita de participar pela falta de comodidade. Dessa forma, se faz necessário o fundamental apoio do governo para a construção de paredes laterais naquele complexo esportivo, oferecendo assim conforto aos moradores que o freqüentam.

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor Armando Raggio, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando uma ambulância de grande porte para prover a Secretaria Municipal de Saúde do município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A área de saúde do município de São Pedro do Iguaçu, necessita de um ambulância de grande porte, como a do modelo Sprinter da Mercedes Benz, visando a locomoção de pacientes nos limites do município e mesmo para o transporte dessa clientela a outras cidade próximas objetivando tratamento especializado.

Pelo elevado número de pacientes que necessitam de locomoção, muitas vezes são utilizados diversos veículos mesmo dentro do município ou para viagens longas, os quais poderiam ser substituídos por uma única ambulância com maior capacidade, reduzindo assim as despesas de combustível e com funcionários, beneficiando dessa forma sobremaneira a municipalidade e o atendimento do setor.

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente.

Dezenas de famílias de agricultores que sobrevivem como bóias-frias no município de Ramlândia, lutam para obter um pedaço de terra própria para nela construir uma casa e através do fruto dos seus esforços manter a sua família e melhorar de qualidade de vida. Mas as dificuldades enfrentadas os impedem de alcançar seus objetivos. Por isso gostaríamos que pelo menos parte daquela população fosse auxiliada na concretização desse sonho, sendo contemplada com os benefícios de uma Vila Rural.

Estamos convicto de que em parceria, a administração municipal e o governo do Estado, poderão se unir para amenizar o grave problema social que ocorre naquela cidade, que é a falta de trabalho e moradia, oferecendo as famílias nessas condições uma vida mais digna e também

contribuindo para o desenvolvimento econômico daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor Rafael Dely, digníssimo secretário especial da Política Habitacional, solicitando a inclusão do município de Boa Vista da Aparecida, em programa de desfavelamento.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes problemas enfrentados pela administração atual do município de Boa Vista da Aparecida são as favelas com o aparecimento a cada dia, de mais famílias reconhecidamente pobres que se instalam na periferia, construindo barracos de lonas ou de outros materiais que oferecem contínuo perigo a seus ocupantes e principalmente às crianças.

A prefeitura está na medida do possível buscando soluções para o problema e contribuindo para que essas famílias desfrutem de uma vida digna, mas diante dos seus limites, pela falta de recursos, se vê impedida de proporcionar a essas famílias reconhecidamente carentes uma moradia digna, necessitando do fundamental apoio do governo nessa incansável luta para proporcionar qualidade de vida às famílias menos favorecidas daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor José Tavares, digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura nova para a Delegacia de Polícia do município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Diante do precário estado de conservação apresentado pelo veículo que presta atendimento à Delegacia de Polícia de Boa Vista da Aparecida, se faz necessária e urgente a destinação de uma viatura nova, proporcionando... condições para a realização de um trabalho policial mais eficaz, garantindo àquela comunidade mais segurança e tranquilidade.

REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao excelentíssimo senhor José Tavares, Digníssimo secretário de Estado da Segurança

Pública, solicitando a destinação de uma viatura nova para o Destacamento da Polícia Militar do município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Destacamento da Polícia Militar de Boa Vista da Aparecida está impossibilitado de atender satisfatoriamente àquela comunidade, quer seja prestar atendimento aos moradores ou em ações policiais, face a precariedade do estado de conservação apresentado pelo veículo que provê a unidade, requerendo assim da Secretaria da Segurança Pública, medidas cabíveis visando atender em caráter de urgência a reivindicação em apreço.

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal senhor Sezar Bovino, com votos de congratulações pela passagem do 11º aniversário do município de Rio Bonito do Iguaçu, dia 19 de março do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também aos vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos de toda a população de Rio Bonito do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do 11º ano de emancipação política de Rio Bonito do Iguaçu, tem que ser registrado sob o signo da emoção ao lado do reconhecimento por tudo o que representa esta municipalidade para o nosso Estado.

Rio Bonito, que foi área do efêmero Território Federal do Iguaçu, foi elevado a categoria de municípios em 19 de março 1990, através da Lei Estadual nº 9.222, sancionada a 3 abril de 1990, sendo desmembrado de Laranjeiras do Sul.

Naturalmente enfrentou todas as dificuldades que um município jovem enfrenta. Felizmente, na primeira eleição municipal o povo conduziu para a prefeitura local o senhor Sezar Bovina, que surpreendentemente, naquela ocasião elegeu todos os vereadores da Câmara Municipal e juntos realizaram um trabalho digno de reconhecimento público. Tanto é verdade que na sucessão municipal, foi eleito o sucessor do prefeito, que continuou com a cidade nos trilhos do progresso.

No último pleito, o senhor Sezar Bovino teve sua administração, de quatro anos, antes, testada pela opinião pública que o reconduziu ao almejado posto, garantindo assim mais quatro anos, no mínimo, de absoluto sucesso.

Assim, nada mais justo que cumprir o dever deste Legislativo, e nos aliar à data festiva comemorada pela população Rio-Bonitense-do-Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes senhor Nelson Justus, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo no sentido de promover a recuperação da PR 495, trajeto que liga os municípios de Medianeira e Serranópolis do Iguaçu.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por objetivo, executar serviços de recapeamento da pista, melhoria do sistema de sinalização, bem como, a melhoria das condições do acostamento da referida rodovia, tendo em vista o intenso tráfego neste trajeto, que demanda os Estado do Sul, e principalmente para dar condições dispensáveis para o escoamento da safra agrícola.

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes senhor Nelson Justus, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo na retomada das obras de pavimentação da Rodovia BR-467 que ligará os municípios de Toledo e Quatro Pontes

O deputado solicita ainda que o secretário dos Transportes envie para esta Casa de Leis o cronograma oficial da referida obra.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido a esta obra ser uma reivindicação antiga das comunidades que residem entre os municípios Quatro Pontes e Toledo. A conclusão da pavimentação da BR 467 trará maior facilidade aos agricultores para o escoamento da produção agrícola. A obra, que está com parte tertraplanagem concluída, está paralisada desde o ano passado. devido à demora para a retomada das obras, os moradores temem que a parte já realizada (terraplanagem) acabe se deteriorando pela ação da chuva, necessitando ser refeita. Vale destacar que a divulgação do cronograma oficial das obras trará maior tranquilidade para comunidade que reside no trecho a ser pavimentado.

REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transporte, solicitando as seguintes informações:

- Nomes das empreiteiras contratadas pelas concessionárias de rodovias pedagiadas nos trechos compreendidos pelos contratos de concessão para a realização de obras de readequação, limpeza de trechos, recuperação de asfalto e recapagem, fresagem e ainda de obras civis;

- Cópia dos respectivos contratos detalhando os quantitativos e preços unitários realizados compreendendo o período da assinatura de contrato de concessão entre o Estado do Paraná e as empresas concessionárias e o mês de janeiro de 2001;

- Cópia dos contratos firmados pela Secretaria de Estado dos Transportes e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) especificando quantitativos e preços unitários em estradas estaduais, ou federais estadualizadas, em obras rodoviárias no período compreendido entre janeiro de 1995 a janeiro de 2001;

- Cópia da tabela de preços de serviços pagos pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER) em vigor no período de janeiro de 1995 a janeiro de 2001.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A partir do momento em que a secretaria de estado dos Transportes - leia-se governo do Estado do Paraná - desonerou-se da conservação de trechos importantes da malha viária estadual, incluindo rodovias federais que cortam o Estado mas que foram devidamente estadualizadas em sua administração e, conseqüentemente, da responsabilidade de conservá-las, as concessionárias dos trechos concedidos e pedagiados começaram a realizar obras rodoviárias tendo empreiteiras como suas contratadas e sendo componentes importantes para fixação do preço pago pelos usuários diariamente nas praças de pedágios instaladas no Paraná.

Somando à necessidade de saber como as empreiteiras de obras, em grande parte sócias das concessionárias, remuneram a si mesmas pelos mesmos serviços executados ao governo estadual, no período requisitado, faz-se necessário saber quem são as empreiteiras que prestam serviços às concessionárias e os preços efetivamente pagos a elas, comparando-se pelo quantitativo e preço unitário se houve ou não redução dos gastos em conservação de rodovias no Estado do Paraná.

Portanto, para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, ouvido duto Plenário, REQUER o envio de expediente ao senhor governador do Estado do Paraná, doutor Jaime Lerner e ao senhor secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo, doutor Eduardo Francisco Sciarra, solicitando expli-

cações e esclarecimentos acerca do anúncio do fechamento da fábrica da Chrysler, em Campo Largo. Solicita ainda esclarecimentos sobre o posicionamento de diversos autores que afirmam ser a contínua ampliação da infra-estrutura para expansão automobilística esbarrar em limites naturais e financeiros: nas regiões densamente povoadas não há mais espaço para novas rodovias ou implantações viárias e, de outro lado, nem os Estados dispõem mais de recursos para esses investimentos. Acrescenta-se também que os custos de controle e manutenção da respectiva logística do tráfego, e mais o complexo processo de refino e distribuição nacional de combustível para se antever um quadro pouco animador para o futuro dessa indústria. Um estudo McGraw-Hill, empresas de consultoria em Londres, tem advertido acerca do excedente mundial da produção de automóveis. Também Robert Kurz, sociólogo alemão tem insistido sobre o “crepúsculo da Indústria automobilística”, indicando inclusive em seus estudos de 1999 a queda de vendas da própria chryles, objeto do primeiro pedido deste requerimento. Requer ainda sejam efetivados estudos acerca da procedência de tais análises assim como de um novo modelo de desenvolvimento social para o Estado do Paraná.

Sala de Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, ouvido douto Plenário, REQUER seja enviado expediente de congratulações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, ao senhor Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, e ao senhor Bispo Diocesano de Ponta Grossa, Dom João Braz de Aviz, pelas ações desenvolvidas durante a Campanha da Fraternidade de 2001, cujo tema “Vida Sim, Drogas Não”, se enquadra dentro das necessidades e das perspectivas do povo brasileiro, sobretudo das famílias e dos jovens.

É sabido que as drogas tem exercido um fascínio muito grande, sobretudo entre os jovens, provocando graves problemas para toda a família. A busca de horizontes amplos e de vida nova deve ser objeto de esforço de cada homem e de cada mulher dedicando o que de melhor cada um tem na busca das soluções dos problemas individuais e coletivos criando uma sociedade de paz, de harmonia e solidariedade, únicos ingredientes capazes de construir barreiras contra a morte e a escravidão da droga. “Vida Sim, Drogas Não”, por sua pertinência e oportunidade marca a vitalidade de uma igreja verdadeiramente engajada com seu povo.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido que o órgão venha sinalizar, com a máxima urgência, o trecho da rodovia que liga Realiza a Santa Izabel do Oeste, ao trevo para Francisco Beltrão e ao trevo para Cascavel.

A presente solicitação visa atender os anseios da comunidade da região, pois a falta de sinalização naquela rodovia representa perigo constante aos usuários da mesma, principalmente em dias chuvosos e no período da noite. O Rotary Club de Realeza está fazendo uma campanha sobre este gravíssimo tema, com o nome de “Não Dirija Sem Rumo”.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes para que informe, por gentileza, quais as providências que estão sendo tomadas para a recuperação da Rodovia PR-218 no trecho de Atalaia a Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os agricultores paranaenses estão iniciando a colheita da nova safra, trabalhando 24 horas por dia, esperando seja recorde, porém, estão enfrentando sérios problemas com o transporte. No trecho da PR-218 - Atalaia a Nova Esperança, um grupo de caminhoneiros iniciaram uma operação tapa-buraco por conta própria.

O objetivo dos motoristas e agricultores é conservar os 30 quilômetros, pois segundo os próprios, estão cansados de esperar a solução prometida pelo governo estadual que desde a época do plantio vem anunciando a recuperação definitiva da PR-218.

Os prejuízos com os caminhões e carretas são grandes, por esta razão aguardamos ansiosamente solução com a urgência que o assunto merece.

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, com caráter de urgência, ao doutor José Cid Campelo Filho, secretário de Estado do Governo para que informe, a real situação dos repasses de verbas comprometidas com a equipe do

“Paraná Basquete”. Segundo estamos informados, a Secretaria estava com 3 (três) meses de atraso. Com ameaça das jogadoras de não entrarem na quadra sábado último para enfrentar a Associação Atlética Guarani na cidade paulista de Guarulhos, a Secretaria de Esportes liberou o pagamento referente ao mês de dezembro de 2000, restando para regularizar os meses de janeiro e fevereiro de 2001.

Para tranquilizar atletas, dirigentes e a nós todos paranaenses é que solicitamos informações positivas com possível urgência.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, a coordenadora do projeto, Hortência, bem como ao técnico Antonio Carlos Vendramini, para que recebam e transmitam a todas as atletas e colaboradores afluência preocupação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A equipe do Paraná Basquete que tem à frente como coordenadora do projeto a ex-jogadora Hortência e o técnico Antonio Carlos Vendramini têm dado múltiplas alegrias aos esportistas paranaenses, entre tantas: vice-campeã no ano de 1999 e Campeã brasileira em 2000 - por esta razão, estamos todos preocupados com o futuro de nossa equipe “Paraná Basquete”.

O esporte é uma escola onde se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não a nortearse? Hoje em dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciência.

Eis a razão porque em todos os países civilizados do mundo, o esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível do seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir o aforismo latino: “*Mens sana in corpore sano*”. Sim, um espírito sadio num corpo sadio é o escopo de todos os povos que almejam ocupar um lugar preponderante entre as demais nações do globo.

Estamos certos que o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria competente, solucionará esta pendência com a equipe do Paraná Basquete dando um exemplo a ser seguido pelas gerações vindouras.

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor doutor José Cid Campelo Filho, secretário de Estado do Governo, para que informe, por gentileza, através do setor competente, qual o vencimento da coor-

denadora, Hortência, do projeto para com a equipe do “Paraná Basquete”.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para complementar o requerimento anterior, sobre a equipe do “Paraná Basquete”, é desejo da sociedade paranaense se conhecer qual é realmente o trabalho oferecido pela coordenadora Hortência de Oliveira, horas de serviço e vencimento.

Qual a ligação da coordenadora Hortência de Oliveira, da equipe “Paraná Basquete” com o governo do Estado do Paraná?

E, qual a participação do governo com recursos públicos para a equipe?

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando relação dos acionistas da Copel - Companhia Paranaense de Energia, bem como os tipos de ações que possuem.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A bem do interesse público, cabe a nós, deputados estaduais solicitar as informações pertinentes sobre os acionistas da Copel, visto que o governo estadual já deu início ao processo de privatização da empresa e precisamos estar a par de todos os detalhes que envolvem esta operação.

REQUERIMENTO Nº 277

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, solicitando informações referente ao cronograma de obras/2001, previsto para as concessionárias pertencentes ao Anel de Integração do Paraná. Cronograma este, estabelecido pelo programa de concessões de rodovias do governo do Estado, as seis concessionárias (Econorte, Viapar, Rodovia das Cataratas, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia).

Solicito informações dos locais que serão duplicados e/ou restaurados, onde haverão novos contornos, trincheiras, viadutos, a construção de terceira faixa, passarelas, serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem e obras de arte correntes, obras complementares e sinalização.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, senhor Nelson Justus, solicitando providência na recuperação das obras de pavimentação da estrada municipal do projeto Caminhos do Saber que liga a localidade de Flor da Serra a sede do município de Quatro Pontes.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade a recuperação da estrada municipal que liga a localidade de Flor da Serra a sede do município de Quatro Pontes, que devido a má conservação encontra-se em estado precário e, se não houver manutenção corre-se grandes riscos de perder a estrada.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, senhor Nelson Justus, solicitando providências na recuperação das obras de pavimentação da estrada municipal do projeto Caminhos do Saber que liga a localidade de Linha Divisa/Vista Alegre a sede do município de Entre Rios do Oeste.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade a recuperação da estrada municipal que liga a localidade de Linha Divisa/Vista Alegre a sede do município de Entre Rios do Oeste, que devido a má conservação encontra-se em estado precário e, se não houver manutenção corre-se grandes riscos de perder a estrada.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando o escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, senhor Nelson Justus, solicitando providências na recuperação das obras de pavimentação da estrada municipal do projeto Caminhos do Saber

que liga Alto Santa Fé a sede do município de Nova Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade a recuperação da estrada municipal que liga Alto Santa Fé a sede do município de Nova Santa Rosa, que devido a má conservação encontra-se em estado precário e, se não houver manutenção corre-se grandes riscos de perder a estrada.

Esta solicitação é de extrema importância devido ao elevado fluxo de veículos que diuturnamente trafegam na estrada possibilitando o escoamento de produtos da região e facilitando o deslocamento da população.

REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em uma casa abandonada sita na Praça Central da Vila Nossa Senhora da Luz - CIC, proximidades da Igreja Matriz e fundos do depósito da Prefeitura Municipal de Curitiba. A referida casa está servindo de ponto de encontro de desocupados e usuários de drogas. Os moradores encontram-se apreensivos com a falta de segurança, motivo pelo qual pedem policiamento urgente.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Celina Oliveira da Silva, residente à Rua Piraquara nº 197 - Jardim Roma - município de Almirante Tamandaré, que pede normalidade quanto a entrega de correspondências em sua residência. Afirma ela que somente uma vez por semana o carteiro passa no local, e que às vezes, não passa, conseqüentemente as correspondências são entregues com atraso, causando prejuízos para ela e seus vizinhos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-0384.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Pre-

feitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Ane Kelli Moreti do Amaral Cavali, residente à Rua Antenor Alvez de Souza nº 61 - Jardim César Augusto, que pede a colocação de manilhas no local em que reside. Trata-se de fundo de vale. O orçamento do serviço já foi feito, ela se propôs a pagá-lo, porém não consegue falar com os funcionários responsáveis para a execução do mesmo. Face o exposto, nos procurou a fim de solicitar agilização quanto a colocação das referidas manilhas. O telefone da senhora Ane Kelli é 621-6809.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Júlia Lopes, residente à Rua Arapongas nº 334 - Bairro Guaraituba, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontra-se em péssimo estado. Várias ruas do bairro também necessitam de reparos. Pede ainda a limpeza das valetas e manilhas de todo o bairro devido a situação crítica em que se encontram. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 356-6663 (comercial).

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do senhor Laércio Aparecido Ramos, residente à Rua Lídio de Mello nº 73 - Jardim Curitiba, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista que a mesma encontra-se intransitável. Pede urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 621-4055.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Vanderléia do Belém Soares Ferreira, residente à Rua João Soares, casa nº 12 - Vila Pompéia, a qual pede agilização e previsão de instalação de terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 602.427.799-72

datada de 07/01/1998. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 393-5401.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Nilce Verneck da Silva, residente à Rua Padre Paulo Warkocz nº 596 - CIC, que em nome dos moradores locais, pede a instalação de um aparelho telefônico público para atender a comunidade. Os aparelhos existentes ficam longe do local onde reside, motivo pelo faz tal reivindicação. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 373-4818.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de reiterar o pedido feito pelos moradores do Bairro Itaipu, através do nosso requerimento LCM/AL/19.123/2000, datado de 21/11/2000 e Ofício nº 3035/00/CEA desta Assembléia (cópia anexa), referente a limpeza de um terreno sito à Travessa Ana Néri, em frente ao nº 62; Até a presente data nenhuma providência foi tomada, a situação do mesmo piorou e muito, motivo pelo qual os moradores refazem tal pedido e pedem urgência no atendimento.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Miriam Aparecida Belo de Souza, residente à Rua Fortaleza nº 103 - Jardim Jalisco, que pede reparos na rua em que reside, sendo necessário passar a máquina e colocar saibro. Pede também, a limpeza das bocas-de-lobo dessa rua, tendo em vista as mesmas encontrarem-se entupidas e causarem alagamentos nas ruas e residências. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 663-6388.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Fátima Ferreira Maia, residente à Rua São José dos Pinhais nº 508 - Jardim Roma, que pede a passagem da máquina e a colocação de saibro na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se cheia de buracos e intransitável. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 338-9337.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido do senhor Jorge Luiz Bassani, residente à Rua Francisco Eugênio Gomes Pereira nº 240 - Jardim Atuba II, que pede reparos na rua em que reside, sendo necessário passar à máquina. Pede também a limpeza das valetas. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 330-38-30 (comercial).

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Jardim Atuba II - município de Pinhais, tendo em vista que desocupados ficam pelas ruas, durante dia e noite, fazendo uso de drogas livremente. Roubos acontecem diariamente e os moradores encontram-se muito apreensivos e pedem segurança o mais breve possível.

O pedido está sendo feito pelos moradores da rua Francisco Eugênio Gomes Pereira e proximidades, face a situação crítica que se encontra o bairro. Tal policiamento que está sendo solicitado, certamente inibirá a ação dos desocupados e usuários de drogas, deixando a população mais tranqüila e segura.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente.

Pelo presente instrumento, REQUEIRO à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se digne à solici-

tar informações, conforme estabelece o artigo 132 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, junto a Companhia Paranaense de Energia sobre:

a) se existe intenção em subdividir área de transmissão?

b) Caso positivo, o porque da subdivisão?

c) existe o interesse, por parte da Eletrosul em absorver a área de transmissão da Copel?

d) Havendo a absorção destas áreas pela Eletrosul, quais os aspectos positivos e negativos para a industrialização do Paraná?

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao secretário de Estado do Esporte e Turismo, a respeito da realização dos II Jogos Mundiais da Natureza, solicitando os seguintes esclarecimentos:

01. Qual o órgão oficial responsável pela realização dos II Jogos Mundiais da Natureza?

02. Qual o custo para o governo do Estado, ou para a(s) empresa(s) contratada(s), com a realização da segunda edição deste evento?

03. Qual a data escolhida por esta Pasta para a realização da II edição dos Jogos Mundiais da Natureza?

04. Se a organização dos Jogos estiver sob responsabilidade de empresa(s) particular(es), quais os critérios usados pelo governo do Estado para a(s) contratação(ões) da(s) mesma(s)?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando esclarecimentos relativos a transferência dos créditos decorrentes de movimentações financeiras do Banco do Estado do Paraná - Banestado (nova denominação: Banco Banestado S/A), para a empresa denominada Rio Paraná Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, tornando-a assim única corretora dos mesmos.

01. Quais os critérios que o governo do Estado adotou para vender os créditos que o Banestado possuía junto aos agricultores e demais devedores, para a empresa Rio Paraná Securitizadora de Créditos Financeiros, sendo a mesma uma empresa de origem americana?

02. Qual o valor total das transferências feitas a empresa citada, e qual(is) a(s) forma(s) de pagamento dos mesmos?

03. Especificar o valor individual de cada carteira, comercial ou agrícola que o Banco do Estado possuía e passaram para a empresa em epígrafe?

04. O governo do Estado impôs alguma condição para que a empresa utilize como critério para o recebimento dos créditos?

05. Quantos anos faz que esta empresa está funcionando no Brasil e em que Estado está sediada a sua matriz?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER à Mesa Executiva desta Casa de Leis que seja enviado ao ministro de Estado dos Transportes, Excelentíssimo senhor Eliseu Padilha, requerimento solicitando as seguintes informações:

- Nomes das empreiteiras contratadas pelo governo federal para realizar obras nos trechos de rodovias federais no Estado do Paraná, para a realização de obras de readequação, limpeza de trechos, recuperação de asfalto e recapagem, fresagem e ainda de obras civis;

- Cópia dos respectivos contratos detalhando os quantitativos e preços unitários realizados compreendendo janeiro de 1995 a janeiro de 2001;

- Cópia da tabela de preços de serviços pagos pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) em vigor no período de janeiro de 1995 a janeiro de 2001.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa, além de legislar, tem o dever de fiscalizar atos administrativos do governo do Estado do Paraná. Para tanto, necessita de informações que, muitas vezes, fogem da esfera estadual.

Diante disso, venho solicitar à Mesa Executiva da Assembléia que encaminhe requerimento ao Excelentíssimo ministro dos Transportes para esclarecermos o processo de contratação de empreiteiras, pelo governo federal, para execução de obras em rodovias federais no Paraná. Portanto, faz-se necessário saber quem são as empreiteiras que prestam estes serviços ao governo federal e os preços efetivamente pagos a elas.

Para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do artigo de autoria de Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, publicado no dia 26 último à página 10 da Gazeta do Povo, sob o título "Campanha da Fraternidade 2001".

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Dom Jaime Luiz Coelho.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sua Excelência Reverendíssima, Dom Jaime Luiz Coelho, iniciou seu artigo, lembrando-nos com muita propriedade a história da Campanha da Fraternidade.

Em 1961 três sacerdotes da Cáritas Brasileira tiveram a idéia em Natal, Rio Grande do Norte, a Diocese a colocou em prática.

Em 1963, já com a adesão de algumas dioceses, a Campanha da Fraternidade lançou os seus fundamentos. Em 1.964 a C.N.B.B. - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a assumiu oficialmente, dando início a uma seqüência benéfica para a igreja no Brasil e a toda a sociedade.

Neste correr dos 38 anos até agora - diversos assuntos foram apresentados a reflexão e estudos, sempre visando a uma verdadeira evangelização.

A Campanha da Fraternidade deste ano-2001, vem com o título "Vida sim, Droga não". Será, certamente o mais amplo debate sobre o assunto já realizado no país.

No texto da campanha, a Conferência Nacional dos Bispos aponta como objetivos uma maior sensibilidade ao problema das drogas, "as suas vítimas e às suas conseqüências danosas". Prega também uma ampla mobilização das comunidades eclesiais e da sociedade a "favor da vida e da dignidade humana".

O dependente de drogas é uma pessoa doente que necessita de cuidados e que merece solidariedade, de forma que mantenha viva suas esperanças.

Hoje, há um sistema perverso organizado que tira vantagem da vulnerabilidade das pessoas, especialmente dos adolescentes e jovens, aproveitando-se da enorme crise de "sentido da vida", e lucram imensa soma de dinheiro com a produção e distribuição das drogas.

Mesmo sabendo que há um enorme exército de produtores, agentes financeiros e traficantes comandando o mundo das drogas, muito dinheiro em jogo, e muita vida desperdiçada, não podemos desanimar diante de tão eminente desafio.

A transcrição nos anais da Casa, do artigo de Sua Excelência Reverendíssima, Dom Jaime Luiz Coelho se faz necessário para a posteridade.

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa, do Artigo “Lições de Uma Califórnia às Escuras”, de autoria do doutor Arnaldo Jardim deputado estadual por São Paulo, publicado na Gazeta Mercantil à página A-3 do dia 20 de fevereiro último.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao deputado Arnaldo Jardim, à diretoria do Gazeta Mercantil de São Paulo, bem como ao Excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná doutor Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Estado da Califórnia - de Hollywood e do Vale do Silício, nos Estados Unidos, vive hoje, uma crise de energia num mercado que foi desregulamentado em 1995 sob os olhos atentos do mundo.

Hoje, o Cenário é de blecautes e de disparada no preço da energia, saltou de US\$30 para US\$1.400 por MW/hora, o que tem provocado o êxodo de indústrias e a falência de empresas de distribuição de energia.

Trata-se de um alerta para a nossa economia que, na última década, vem se desvencilhando do intervencionismo estatal para mergulhar na chamada economia de mercado, inclusive em áreas estratégicas como a de geração e distribuição de energia, com a alegria de quem descobriu a fonte da eterna felicidade.

Agora a Califórnia, tenta consertar as coisas e são muitas as incertezas sobre o assunto no futuro.

O comitê de utilidade de mercado da Califórnia aprovou uma legislação que determina a volta e permanência do Estado do mercado de energia. É bom registrar que foi uma decisão inédita e tomada por incontestáveis seis votos a favor e apenas um contra.

O nobre deputado Arnaldo Jardim está preocupadíssimo com o Estado de São Paulo para rever a logística produtiva das concessionárias para que estejam de comum acordo com os números da economia paulista, de modo a evitar escassez de energia catastrófica à economia brasileira.

Nós paranaenses, estamos perplexos com a idéia fixa do governo do Estado em vender a nossa Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel.

Por falar em Copel, recentemente, a pesquisa da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), elege a empresa paranaense como a que melhor atende aos seus usuários, deixando para trás todas as demais concessionárias do país, incluindo as que já foram privatizadas. Mais uma demonstração de eficiência da Copel que, inexplicavelmente está na marca do pênalti para ser vendida pelo governo do Paraná a conglomerados financeiro nacionais ou internacionais.

A Copel é nossa.

A história da construção da nossa Companhia Paranaense de Energia Elétrica, ou simplesmente Copel é rica em ensinamentos de como se forja um movimento em defesa da soberania paranaense.

Unindo todas as organizações de todos os espectros ideológicos para defender em todos os cantos do Paraná a autonomia, para consolidar a Copel como símbolo de nossa grandeza.

REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos anais desta Assembléia Legislativa do Estado do artigo Vida Sim, Drogas Não, de Dom Pedro Fedalto, publicado no Jornal Gazeta do Povo de Domingo - 04.03.2001.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa, do artigo sob o título: Administração Pública: Mudança necessária, de autoria do doutor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicado na Gazeta do Povo do dia 4 último.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Rafael Iatauro, bem como à Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 06.03.2001

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O artigo “Administração Pública: Mudança necessária, de autoria do doutor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, vem nimbado de uma justa auréola de austeridade. Ação se faz sentir pela correção e justiça, bem como pelo acerto sem segredo de campanário.

Já se foi o tempo em que emperrismo reinava. Na época em que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros.

Cremos que o maior risco neste início de milênio, às vésperas de uma nova era que irá encontrar-nos ainda mais dependentes e submissos (ou indvidados), é o de nos transformarmos irremissivelmente, na grande senzala da globalização.

O mundo mudou, é verdade, mas, para o Brasil, no plano de relações econômicas, continua impondo processos do passado colonial.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos para atingir a aquilo que se propõe. Eis, porque muito temos que louvar àquele que lutam incansavelmente para dotar este país com cenário de administração pública dentro de delineamento inspirado em ações planejadas e que permitam a implantação de ampla reformulação da

área governamental. realizar gestão fiscal responsável, subordinada a um código de ética, como muito bem esclareceu o artigo do doutor Rafael Iatauro.

Orgulha-se, portanto, este parlamentar em poder requerer para transcrever o mencionado artigo nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros a fim de que lhes sirva de modelo e estímulo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 28/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Ficam os shopping centers, supermercados, estádios de futebol e ginásios de esportes obrigados a colocar à disposição dos usuários e frequentadores, desfibriladores.

Parágrafo Único - Considera-se desfibrilador o aparelho médico, que estimula o coração fazendo-o a voltar de bater, utilizado na ocorrência de parada cardíaco-vascular.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Saúde sempre que necessário, a seu critério, poderá exigir a exibição do desfibrilador.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto no artigo 1º “*Caput*”, desta lei, acarretará ao infrator:

I - Multa; de até 100 (cem) Ufirs.

II - Suspensão temporária da atividade.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK
SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Saúde integral seria ausência de qualquer desconforto, é direito de todos e dever do Estado. Dever garantido mediante políticas sociais e econômicas voltada à redução do risco de doença e outras vulnerações, assegurando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção e proteção.

Recentemente uma pessoa teve a sua vida salva por um pequeno aparelho denominado desfibrilador, após sofrer uma parada cardíaco-vascular, sendo este aparelho facilmente manuseado por qualquer pessoa. São comuns os casos de falecimento em shopping centers, supermercados, estádios de futebol e ginásio de esportes após uma parada cardíaco-vascular.

E determinação constitucional no art. 24 da Constituição Federal quando compete ao Estado a proteção e defesa da saúde, e na Constituição Estadual sendo a saúde direito de todos e dever do Estado.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis ao projeto de lei, que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 29/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a designar 20% (vinte por cento) da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná.

Art. 2º - Cada município, pólo regional, terá divulgada suas atividades emblemáticas norteadoras de seus negócios comerciais notoriamente conhecidos.

Art. 3º - O município, pólo regional, interessado na divulgação de suas atividades vocacionais deverá se cadastrar junto a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, para fins do benefício desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a designar da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná possui em seus municípios cidades que são nacionalmente conhecidas por suas atividades específicas, como por exemplo, Maringá e Cianorte pela atividade voltada a produção de vestuário, Arapongas voltada a indústria moveleira, Imbituva, ao ramo de malhas, Campo Largo, a produção de louças e cerâmica, e assim sucessivamente.

As atividades de cada município, além de darem notoriedade a essas cidades, geram empregos, alavancam divisas, aumentam a arrecadação do ICMS e principalmente melhoram a qualidade de vida dos habitantes da região.

É medida justa que o governo do Estado do Paraná ajude na divulgação desta atividade, pois a maior riqueza de um Estado é a sua gente.

Conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 30/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis, com sede em Borrazópolis e foro em Faxinal - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis - PR, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, abrangendo o segmento pobres e miseráveis ligados a moradores na zona rural e urbana que, necessitam de ajuda para que o alimento do dia a dia, bem como a ajuda em tratamento médico hospitalar, às pessoas carentes daquele município.

Entre suas principais atividades podemos citar a assistência social, a colaboração com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.

Todas estas realizações promovem de forma gradativa a melhoria da qualidade de vida da população atendida, colaborando desta forma para a diminuição da fome e desnutrição que atingem principalmente as crianças e gestantes que são as mais atingidas.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidades de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 31/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Produtores Rurais Santa Rita de Mandirituba, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Produtores Rurais Santa Rita de Mandirituba, entidade criada para fins filantrópicos, em 29 e agosto de 1998, vêm desenvolvendo pela sua atual diretoria um excelente atendimento direcionado ao bem estar de seus associados e moradores da região.

Entre as atividades relacionadas, estão a realização de bingos, distribuição de medicamentos, cestas básicas, material escolar, e outros eventos que procuram atender a demanda das famílias mais pobres da Associação.

Diante do acima exposto, achamos por bem ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 32/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AMAI - Associação Maanaim de apoio à Infância, entidade civil de caráter Filantrópico, Beneficente e Educacional sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Londrina PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a AMAI - Associação Maanaim de apoio à infância, com sede e foro no município de Londrina PR., o fazemos consciente da necessidade dessa entidade para com a comunidade, sendo o objetivo principal atender crianças e adolescentes carentes, sem qualquer distinção de raça, credo ou sexo.

Sempre inspirados pelo ensinamento do evangelho, esta entidade é ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil, mais um motivo que a fortalece na sua missão.

Atuando conforme as oportunidades, sua primeira atuação como escola de informática, que hoje atende mais de 300 (trezentas), crianças e adolescentes; logo após, também foi criada uma escola de música, e uma escola de inglês, é o próximo objetivo.

PROJETO DE LEI Nº 33/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Reviver de assistência ao portadores do vírus HIV, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Reviver de assistência ao portadores do vírus HIV, com sua sede na rua Rio Grande do Sul,

nº 400, junto da Vila Liane, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, tem por objetivo promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e bem-estar dos portadores de soropositivo, coordenado e executado programas com a mobilização de um grande número de pessoas voluntárias que, sob a orientação da referida entidade promovem e defendem os direitos civis e sociais dos portadores de vírus HIV, bem como sua família.

Em função do elevado teor social deste projeto de lei, esperamos especial atenção dos nobres pares desta Casa no sentido de viabilizar a aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço uso da tribuna nesse dia e digo que o faço com satisfação para falar de um assunto importante para a nossa sociedade que é a mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher, um dia marcado na história pela bravura de 129 mulheres que deram a vida, lutando pelos seus direitos, por melhores condições de trabalho, pela dignidade e pela valorização do ser humano. É bom lembrar que o ato de coragem dessas mulheres foi o marco inicial para que mais e mais mulheres despertassem para a vida, uma vida que as mulheres sonham e querem, uma vida sem discriminação, sem preconceito e sem violência.

É bom saber que em 8 de março temos muitos motivos para comemorar. Se analisarmos a história, temos o direito que até há pouco tempo atrás não tínhamos, mas a partir de 1932 conquistamos o direito de votar e ser votadas, temos o direito do salário maternidade, o direito à aposentadoria. A mulher tem ocupado muito o seu espaço na sociedade, ocupando chefias, cargos políticos como vereadoras, prefeitas, deputadas e governadoras. São motivos para que também comemoremos o 8 de março.

Agora, temos muitas coisas a conquistar e é necessário aprofundar a discussão do papel da mulher na sociedade, causas e conseqüências da desigualdade de gênero, o salário que ainda é diferenciado, que ainda é menor para a mulher, mesmo quando o grau de escolaridade dessa mulher é maior que o do homem.

A dupla jornada da mulher e também, se analisarmos aqui a agricultora, a falta de uma política agrícola voltada para a agricultura familiar, a falta de uma reforma agrária, a luta para acabar com os preconceitos e discriminação e violência contra a mulher. É possível construir um mundo novo, e de alegria, um mundo com justiça social, mas para isso é necessário garantir os direitos humanos, continuar participando dos movimentos sociais que buscam melhores condições de vida para todos.

Por isso, ao analisarmos a passagem do 8 de março, avaliamos que já tivemos muitas conquistas mas ainda temos muita coisa por fazer.

Gostaria de parabenizar as mulheres que estão aqui pelo 8 de março, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, especialmente as mulheres que trabalham nesta Casa. E com vossa permissão, senhor presidente, gostaria aqui, para fazer uso da palavra, representando o Fórum Popular de Mulheres do Paraná, a companheira Islami, logo após a companheira Margarete, que representa as mulheres agricultoras e depois, para finalizar, a companheira Onélia, que vai declamar uma poesia em homenagem às mulheres, com vossa permissão, senhor presidente.

Agradeço o espaço aqui cedido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, a senhora Islami.

A SRA. ISLAMI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

(Lê):

“Todos sabemos que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. Não quero aqui cansar ninguém, mas farei relato dessa história e abordarei, ainda, outros assuntos pertinentes ao tema.

A 1857, numa fábrica têxtil em Nova Iorque, nos Estados Unidos, 129 mulheres operárias começaram uma greve por melhores condições de trabalho. A principal bandeira era a redução da jornada de trabalho de 18 para 10 horas diárias.

A mando do dono da indústria, elas foram queimadas vivas. Preso, foi liberado após pagar uma fiança de 20 dólares.

Em 1910, portanto, mais que meio século depois, outras mulheres - reunidas na II Conferência de Mulheres Socialistas - decidiram desencadear uma Jornada Internacional de Lutas com o objetivo de terem direito ao voto.

Sete anos mais tarde, surge, no Brasil, a primeira lei que proíbe o trabalho das mulheres em indústrias insalubres e garante assistência médica e sanitária à gestante, com descanso antes e depois do parto.

Mas as mulheres vêm conquistando, de forma extremamente vagarosa, direitos inerentes à sua natureza. Um exemplo é a Convenção 103, da Organização Internacional do Trabalho, que, 84 anos depois, pede que os países assinem o acordo que prevê a manutenção do direito à amamentação, fora do horário do expediente.

Disse que era pertinente à natureza da mulher porque, se a deputada Luciana Rafagnin, por exemplo, tiver um filho, ela - mesmo sendo parlamentar - não pode deixar para seu companheiro esta tarefa.

Voltando ao Brasil de 1932: na Constituição, as mulheres conquistaram o direito ao voto.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas - a ONU - decreta o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

E o que isso significa para nós, mulheres?

Trata-se de uma homenagem às trabalhadoras que foram queimadas dentro de uma fábrica, simbolizando todas as formas de luta e resistência da mulher ao longo dos tempos.

Para nós, a data também significa a luta pelo nosso reconhecimento enquanto cidadãs no mundo do trabalho e nos movimentos sociais.

Por outro lado, as mulheres sabem que, enquanto existir dias de comemoração e homenagens, haverá opressão e discriminação. Portanto, essa data não pode apenas ser vista como festa e/ou comemoração, mas como um momento particular de denúncia, reflexão e resistência.

O perfil da população economicamente ativa vem mudando com a entrada em massa das mulheres na força de trabalho.

No Brasil, somos um total de 40,4% da população economicamente ativa e, na Região Sul, representamos 41,6%. Somos maioria no setor de serviços, na educação, na indústria têxtil, vestuário, calçados, na indústria química e na micro eletrônica, além da grande concentração de trabalhadores na área rural.

Também estamos em maior número em atividades marcadas por tarefas monótonas, repetitivas e de pouca criatividade, onde o ritmo e a produtividade são impostos.

Nos últimos dez anos houve um crescimento de cerca de 4% da ocupação das mulheres contra 3% do total de pessoas empregadas, e uma grande diversificação ocupacional na taxa de atividade exercida pelas mulheres.

Sem querer cansar os nobres parlamentares, vamos a mais alguns dados:

De 1985 a 1995 - portanto, em 10 anos - as mulheres passaram de 33,42% para 37,95% em termos de atuação no mercado de trabalho. Isto demonstra que a inserção das mulheres cresceu mais que a dos homens.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho têm refletido no aumento da ocupação do setor de serviços, onde estão alocadas as trabalhadoras domésticas do serviço remunerado. Estas são as mulheres com menor escolaridade, sem experiência e migrantes da zona rural.

Outra questão que merece ênfase é a disparidade dos salários. Os homens obtêm quase o dobro da renda do trabalho das mulheres. Elas detêm menos de 25% de toda riqueza produzida.

Na década de 70, as mulheres recebiam bem menos do que os homens, tanto no setor público quanto no privado. Mesmo passados quase trinta anos, esse quadro não variou muito.

Um diploma garante, de certa forma, a melhoria dos rendimentos, só que com as mulheres isto acontece com menos frequência.

No Brasil, as mulheres que têm um grau mais elevado de escolaridade continuam ganhando 50% do salário dos homens, exercendo, muitas vezes, a mesma função.

Mais um pouquinho de sua atenção, senhores e senhoras, pois gostaria de abordar alguns pontos cruciais:

A globalização: considerada um dos mais graves problemas, está atingindo toda a sociedade e vem afetando trabalhadores e trabalhadoras, promovendo o desemprego.

As políticas neoliberais do governo ocasionaram, entre outras coisas, o aprofundamento da miséria, o desemprego, a falta de perspectiva e, com este projeto, a violência aumentou.

Com a "privatização" do Banestado, o Itaú já demitiu cerca de 660 trabalhadores e trabalhadoras, sem contar os terceirizados. E o diretor de Recursos Humanos do Banco, Olavo Setúbal, foi claro: demitimos sumariamente. Antes da doação do nosso banco, para se demitir um funcionário, havia um Comitê de Disciplina que analisava as demissões.

Das mulheres urbanas, senhores e senhoras, vamos dar uma pequena passeada pelo campo.

As mulheres da área rural enfrentam problemas de toda a ordem. A tripla jornada de trabalho - vão para a roça, cuidam dos filhos e da casa. E mais: seu trabalho produtivo não é reconhecido e, se precisarem de crédito, só obtêm caso o companheiro assine. Tudo isso acontece no século 21. A questão previdenciária, para essas mulheres, é uma encrenca só. São muitas exigências e comprovação dessa atividade, sem contar que não há atendimento médico que leve em conta os problemas de saúde ocasionados pelo trabalho agrícola.

A falta de política para agricultura familiar, que segue os produtores no campo, tem provocado êxodo, em especial, o das moças. Com isso, a população rural fica, na sua maioria, composta de homens.

Peço aos senhores e senhoras, especial atenção, pois esse é um assunto que um projeto de lei pode resolver:

No Brasil, há um contingente muito grande de trabalhadores no mercado informal, sem garantias dos direitos trabalhistas e, na sua maioria, mulheres.

Mesmo com esse crescimento da mão-de-obra feminina, o preconceito e a discriminação são fatores que impedem a admissão de mulheres. À raça, a idade, o estado civil, e a boa aparência interferem no seu ingresso ao mercado de trabalho.

O processo de precarização das relações de trabalho - já em curso - é utilizado, há muito, para trabalhos tidos como femininos: costura, limpeza e cozinha.

Este processo se universaliza e tem levado ao incremento do trabalho em domicílio, contratado por empresas.

Esta é a relação que o empresário oferece para as mulheres com filhos, pois obriga essas mulheres a dar

conta, simultaneamente, à dupla jornada de trabalho, sem ônus para quem as emprega.

Para a maioria que está aqui, predominantemente formada por homens, vale ressaltar que a dupla jornada é a realização do trabalho fora e dentro de casa, sem contar os filhos.

Mesmo havendo uma lei que garante aos filhos das trabalhadoras o direito à creche, esta lei não é cumprida pelos empresários. E, quando ofertada pelo poder público, o número de vagas é reduzida.

Um exemplo: A Secretaria de Saúde tem, hoje, cerca de 10 mil funcionários, 80% de mulheres, embora homens também tenham filhos. A SESA/ISEP tem apenas uma única creche com capacidade muito inferior ao número necessário de crianças.

Vamos abordar um pouquinho, para não cansar vocês, a questão da discriminação das mulheres na ascensão aos cargos de decisão:

Devemos considerar que a discriminação se torna mais visível quando analisamos os diferentes tipos de trabalho: os homens têm emprego em quase todos os ramos e cargos, já as mulheres estão concentradas nos serviços - como já falamos, na educação, na saúde, na indústria, em serviços domésticos, etc - e, quando na indústria, em atividades similares às atividades domésticas.

Os homens, pela natureza do seu trabalho e pela variedade de opção de postos de trabalho, têm maior possibilidade de acesso à promoção.

As mulheres, ao desempenhar as atividades ditas femininas, caracterizadas pela precariedade do trabalho, se expõem a diferentes riscos de contração de doenças ocupacionais.

A incorporação de novas tecnologias e a busca desenfreada de certificados internacionais de qualidade (ditos ISOs) para legitimar o produto no mercado globalizado, acentuaram a violência nas relações capital X trabalho.

Há ainda, as práticas discriminatórias anti-éticas que exigem exames de gravidez no teste pré-admissional, a atestados de laqueadura.

Nestas práticas, está embutida e oculta uma preocupação com a produção e lucratividade das empresas. Engravidou: despesa a mais. Portanto, lucro a menos.

Outra questão que não podemos nos furtar de analisar é o assédio sexual e moral, que se caracteriza como agressão e violência contra a mulher.

Algumas vezes, de forma velada, em outras explícitas, o assédio - tanto sexual quanto moral - transtorna psicologicamente, provocando medo e sofrimento. São freqüentes os casos em que a trabalhadora necessita se afastar das atividades laborais em consequência da investidas freqüentes, levando-a a uma condição de desequilíbrio, angústia, depressão e estresse.

Do assédio, vamos às políticas públicas. E aí, senhores e senhores, pretendo finalizar:

Como cidadãs, as constituições, no decorrer da história, foram garantindo - não só para mulheres, mas para

toda a sociedade - alguns direitos como saúde, educação, segurança e uma política de assistência e previdência social, dentre outros.

Na saúde pública, o descumprimento do governo, que, de acordo com a Norma Operacional Básico 29-A, já aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente da República, em aplicar, no mínimo, 7% do orçamento no setor, é, como diria o nobre deputado Algaci Tulio, "lamentável".

Já que o governo não dá a mínima importância, há década, não passa dos 3%, há que se reconhecer que a mulher é uma das maiores penalizadas, pois o pouco que é investido tem de ser diluído para toda a população que precisa do SUS.

Não há nenhum programa de educação para a contracepção. Ou seja: o governo do Estado, além de não fornecer remédios nem outra opção de controle de natalidade, não educa as mulheres nem os homens.

Mas, no carnaval, a SESA/ISEP distribuiu camisinhas "a rodo". Será que é só no carnaval que as pessoas ficam excitadas? Ou será que é o carnaval que as doenças sexualmente transmissíveis aparecem?

A atenção à saúde mental da mulher é tratada com descaso pelo governo, uma vez que não garante atendimento psicossocial preventivo e tratamento às mulheres nas situações propícias a vivências depressivas.

Em Belém, por exemplo, digo, é um exemplo, há um programa específico de atenção à saúde mental da mulher.

Por isso, senhores e senhoras, peço que reflitam sobre o exposto. O Dia Internacional da Mulher pode também ser sentido pelos homens. Eu não fui queimada, meu irmão não foi queimado, mas, como se estivesse lá, sinto que meu corpo queima no dia 8 de março. E gostaria que vocês tivessem a sensibilidade de entender que este dia representa uma luta que não é só nossa. É de toda a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo à palavra à senhora Margarete Nunes, que falará em nome das mulheres agricultoras.

A SRA. MARGARETE NUNES

Boa tarde, senhores deputados e senhoras deputadas, a todas as pessoas aqui presentes.

Em nome das trabalhadoras rurais, como a companheira nossa já levantou um breve histórico, não quero ser repetitiva, mas nós mulheres trabalhadoras rurais cansamos de sermos excluídas, e desde ontem começamos a mostrar a força da mulher do campo, que seguramos as pontas das nossas casas e sofremos na pele a discriminação, a falta de educação, a falta de saúde, a falta de transporte, a falta de tudo no campo. E aqui queremos trazer uma pauta elaborada de reivindicação. Nós sabemos que o nosso processo de construção do que nós queremos não é com uma única reunião, ou com um único dia que nós vamos conseguir, mas queremos dei-

xar registrado aqui que as mulheres do campo estão reunidas em vinte e três Estados do Brasil desde ontem até o dia 08, levando os nossos problemas, mas também partilhando as poucas conquistas que tivemos e fazendo público aquilo que nós não concordamos. As medidas macro-econômicas são:

(Lê):

“Pelo fim dos acordos regionais do comércio e da OMC, pois estão destruindo nossa agricultura de subsistência, nossa cultura e ambiente natural.

- Por um Brasil soberano e livre de transgênicos;
- Suspensão do pagamento dos juros da dívida interna e externa realizando auditoria e plebiscito para recuperar a capacidade de investimento do Estado brasileiro priorizando as seguintes áreas e ações:

1. Agricultura

a) Implantar no país, uma efetiva, ampla e massiva Reforma Agrária integral e democrática que recupere a segurança alimentar, a produção sustentável com garantias de igualdade, priorizando a desapropriação de todos os latifúndios e fixando limite para o tamanho da propriedade rural;

b) Viabilizar crédito subsidiado para pequena e média produção rural, de acordo com o projeto da família da agricultora;

c) A defesa da renda agrícola e da agricultura nacional, através de medidas restritivas às importações predatórias de produtos agrícolas, e com políticas efetivas de garantia de preços aos produtos alimentícios produzidos pelas famílias agricultoras;

d) Revisão da Lei de Patentes e revogação da Lei de Proteção de Cultivares que instituiu o monopólio privado da propriedade das sementes: controle e fiscalização de transgênicos e ampliação de recursos para a pesquisa voltada para pequena e média população;

e) Moratória, pelo prazo mínimo de cinco anos, para o uso comercial de produtos agropecuários transgênicos, regularizar produtos nos supermercados e revogar medidas provisórias;

f) Recursos e linhas adequadas de financiamento para melhoria das habitações rurais e da infra-estrutura das comunidades;

g) Definição de uma política com recursos adequados para a implantação de um plano de desenvolvimento especial do semi-árido nordestino, incluindo programas de irrigação e eletrificação para os pequenos agricultores;

h) Anistia das dívidas dos pequenos agricultores atingidos pela seca e renegociação de todas as dívidas das famílias agricultoras.

2. Saúde

a) Garantir saúde pública, sem qualquer tipo de cobrança, universal e de qualidade e implementando, efetivamente, o SUS, com controle social e com políticas e ações de atenção integral à saúde do conjunto da população;

b) Garantir acesso fácil e próximo aos serviços e ações de atenção integral à saúde a todas as pessoas que

necessitam, ampliação do atendimento em regiões mais distantes, e melhorias do sistema público de saúde onde está deficitário, a fim de reduzir a mortalidade infantil e materna; garantir o acesso a consultas de pré-natal às mulheres grávidas; desenvolver ações de combate; tratamento e controle do câncer de mama e do câncer cervicouterino; o fornecimento de métodos contraceptivos para as mulheres em idade reprodutiva; a implantação das ações de planejamento familiar a todas as mulheres e homens que assim o desejarem e garantir a assistência ao climatério;

c) Estabelecer imediatamente, rotinas e fluxos de notificações obrigatórias (epidemiológica e policial) para os problemas detectados nos serviços de saúde, de violência contra as mulheres e as crianças.

d) Aumentar recursos destinados aos Estados e municípios repassando fundo a fundo, a fim de qualificar o atendimento à saúde pelo SUS com efetivo controle social;

e) Implementar um incentivo financeiro, fundo a fundo, aos municípios que têm deficiências na atenção à saúde no meio rural para que o conselho municipal, envolvendo as organizações populares rurais, defina o plano de ampliação com políticas e ações de atenção integral às famílias rurais;

f) Avançar na forma de pagamento dos serviços do SUS, de tal forma que não seja mais por procedimentos viabilizando a aplicação geral dos recursos da saúde nos fundos de saúde com controle social;

g) Garantir atendimento pelo SUS das mulheres vítimas de violência sexual, conforme norma técnica;

h) Implementar políticas intersetoriais que garantam a qualidade da água e de alimentos, valorize e preserve o meio ambiente, combata o uso de agrotóxicos, transgênicos, a fim de melhorar a saúde e a vida da população;

i) Liberar recursos para a ANMTR desenvolver projetos educativos em promoção da saúde da mulher e família rural, prevenção de DST/AIDS e capacitação de mulheres conselheiras de saúde.

3. Previdência

Manutenção dos direitos previdenciários das trabalhadoras e trabalhadores rurais e por uma previdência pública e universal, garantidos na Constituição Federal de 1988 com equiparação entre trabalhadores rurais e urbanos, do que decorrem duas medias:

a) Revogar o Decreto nº 3048 de 06 de maio de 1999 que regulamentou a Previdência Social e de todas as portarias e ordens de serviços que impedem e/ou dificultam a concessão dos direitos;

b) Garantir efetivamente o acesso das mulheres trabalhadoras rurais aos direitos previdenciários como: salário-maternidade, aposentadoria, auxílio-doença...

4. Educação

Garantir escola pública, universal e gratuita, em todos os níveis, com política voltada à realidade rural (do campo e no campo), não sexista e que privilegie a partici-

pação dos sujeitos no processo de aprendizagem garantindo:

- a) Cumprimento da Lei nº 9.424/97 que prevê o custo/aluno diferenciado para o ensino fundamental rural;
- b) recursos e política de alfabetização, a educação de jovens e adultos no campo, prioritariamente para atender as trabalhadoras rurais;
- c) Implementação da Educação Infantil no meio rural, definindo fontes claras para seu funcionamento: sala de aula, educadoras infantis,...
- d) Apoio à aprovação do plano nacional de Educação nos termos da proposta apresentada pela sociedade civil, contida no PL nº 4.155/98 e da PEC nº 112/99 que cria o Fundo da Educação Básica;
- e) Garantia de viabilização de transporte escolar para crianças do meio rural.

5. Direitos Gerais da Mulher

- a) Criar políticas específicas que venham garantir, efetivamente, os direitos fundamentais das mulheres e implementar o Programa Nacional dos Direitos Humanos no que diz respeito à questão da mulher;
- b) Garantir acesso das mulheres aos seus documentos pessoais e profissionais;
- c) Incluir o nome da mulher (companheira) nos seguintes documentos: título da terra, bloco de notas de produtor(a), cadastro do INCRA e outros;
- d) Garantia de recursos e estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência.

6. Específico ao governo do Estado do Paraná

- a) Um basta à violência, à repressão aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e à corrupção e extremismo do governo;
- b) Garantir recurso para as organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, para conscientização e efetivação da documentação pessoal de mulheres e homens trabalhadores rurais;
- c) Garantir aos profissionais da educação e os seus direitos trabalhistas, já assegurados em lei.
- d) Garantir a implementação de escolas de ensino médio e pós médio na realidade rural e com capacitação de acordo com as necessidades das comunidades rurais onde está inserida;
- e) Garantir acesso próximo e fácil aos serviços de atenção integral à saúde a todas as pessoas que vivem no meio rural;
- f) Garantir às mulheres trabalhadoras rurais, exames e tratamentos especializados (câncer de mama, cervico-uterino, pré natal), e grupos de risco (diabete, hipertensão, DST, climatério, e outros);
- g) Na implementação do PSF (Programa de Saúde da Família) levar em conta a especificidade do meio rural, conforme manda o Ministério da Saúde;
- h) Garantir à população acesso à lista dos medicamentos disponíveis no Paraná Medicamentos”.

A SRA. ONÉLIA
(Declama):

“MULHER QUE BROTA

Quando foram queimadas
O vento, docemente as espalhou
E, em cada canto do mundo
de suas cinzas brotou
Brotou índia, foi massacrada.
Brotou negra, foi escravizada.
Brotou operária, foi explorada
O passado não tem retorno,
Por isso não chora
Apenas cuida para que no futuro,
Seja outra a sua história.
Em todo o tempo ela lutou.
Sua luta nem sempre compensou.
Mesmo assim, nunca desanimou
Em cada cidade,
Em cada nação.
Como a força que brota do chão,
Luta por igualdade,
Contra a opressão.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Assembléia agradece a presença das senhoras nessa homenagem que a nossa deputada Luciana Rafagnin, concede este espaço em nossa Casa de Leis, e quero deixar sempre a nossa Casa à disposição dos vossos visitantes.
No Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Gostaria de marcar a presença dos companheiros de Nova Santa Barra, o vereador Sérgio Bittencourt e senhor Valério, também da cidade de São Sebastião onde Vossa Excelência já foi um deputado muito bem votado, o vereador Braga e o Augustinho.

E não podia deixar de destacar a presença do nosso-ex-deputado, eu sempre o tachei como deputado mais educado que eu conheci até hoje, não só o deputado, este cidadão mais educado, pela sua fidalguia, que é o Eurides Moura que aqui está presente, hoje lhe dando os parabéns como prefeito da cidade de Rolândia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado nos anais da Casa.
Questão de Ordem, deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Questão de Ordem)

Só para anunciar a presença do prefeito de Tapira, Wilson Lucena a Secretária de Saúde e seus assessores, que lhe acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos anais da Casa.
Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.
Saudações especiais às mulheres, nessa data em que a

Assembléia abre espaço para que possam elas ocupar a tribuna e colocarem as suas idéias, os seus pensamentos em favor da política e do melhor relacionamento entre nós, homens e mulheres.

Venho à tribuna hoje, para dizer que lamento profundamente que a secretaria estadual da Educação Alcyone Saliba tome uma medida e sacramento o fechamento de uma escola estadual na capital do Estado do Paraná.

Caracteriza neste momento o retrocesso na área da educação.

Ontem, à tarde tive a honra, o prazer de estar em Paranaguá, e ao lado do governador, ao lado da superintendente da Fundepar, do secretário Augusto Canto Neto e do prefeito Mário Roque, pudemos entregar à comunidade parnanguara uma obra recuperada que custou ao Estado a importância quase de 700 mil reais.

Uma obra extraordinária como é o Palácio Caetano Munhoz da Rocha, que foi fechado, interditado pelo prefeito parnanguara porque ameaçava desabar sobre a cabeça das crianças e dos professores.

Um ano ficou fechado e neste ano trabalhamos muito no sentido de liberar as verbas estaduais e federais, para recuperar tão importante obra.

Ontem, para nossa satisfação e da comunidade parnanguara, entregamos aquela obra e demonstrava ali o governo a sua preocupação com a educação.

Ao mesmo tempo, lamentavelmente, aplicavam o retrocesso, quando a secretária sacramentava, ontem, o fechamento de uma escola.

Uma daquelas que não passou pelo porte escolar, que mesmo tendo 240 alunos acabou sendo anexada ao Grupo Escolar Xavier da Silva, que fica no centro da cidade de Curitiba, que é um outro prédio histórico de Curitiba, que também passa por reformas, passa por melhorias, mas que se está passando por reformas sequer tem condições de acolher os seus alunos.

Agora, deputado Marcos Isfer, tem que acolher os alunos da outra escola.

Da Escola Estadual Flávio da Silva, que funcionava na avenida Silva Jardim e, que agora, crianças e entulhos, operários, ferramentas, equipamentos, maquinários se envolvendo num processo todo dentro de um pátio reduzido de pouco mais de 10 metros quadrados.

Lamento, profundamente, ao mesmo tempo que venho aqui e enalteço o governo pela obra que recuperamos na cidade de Paranaguá, prédio histórico de um valor extraordinário para o patrimônio da cidade-mãe do nosso Estado, esse fato acontece na capital do Estado.

Espero que ainda haja tempo, porque a comunidade está se mobilizando a exemplo do que fez a comunidade da Escola Dom Manoel da Silveira Delboux, do bairro Higienópolis, que se movimentou e conseguiu com o apoio de muita gente manter abertas as suas portas.

Venho à tribuna hoje para fazer o papel necrológico, lamentando profundamente a perda de uma grande liderança nacional que foi a morte do governador Mário

Covas, que ocorreu hoje às 5h30m da manhã, em São Paulo.

Mas aqui em Curitiba, nós perdemos um grande político pela madrugada. Um cidadão que foi 26 anos vereador da capital do Estado do Paraná, incansável, batalhador, um homem que iniciou a sua carreira política, tendo ele nascido na Capital do Estado do Paraná, no dia 10 de janeiro de 1915. Bacharelou-se em Direito, seis (06) vezes vereador da capital do Estado do Paraná.

Portanto, são 25 anos para 26 mandatos de vereador. Em 58 ficou na suplência da Câmara Municipal e foi eleito novamente em 1960 reeleito, ocupando o cargo até 1976.

Durante este período participou efetivamente da Mesa Executiva da Câmara. Foi também delegado de Polícia de carreira, uma figura extraordinária que foi Arlindo Ribas de Oliveira e os políticos com mais tempo de Curitiba, devem lembrar, deputado Cartário.

Marcos Isfer vem lembrar da figura extraordinária de um homem que não faltava a uma sessão da Câmara Municipal a ser por problemas de doença, uma figura folclórica da política curitibana, mas um homem de respeito, de muita responsabilidade, um homem que levava muito a sério a sua condição de parlamentar, defendendo as causas da cidade de Curitiba, na Câmara Municipal.

Já fui representar a Assembléia agora há pouco no velório, que acontece na Capela da Luz, e o sepultamento às 17:00 horas, do nosso amigo Arlindo Ribas de Oliveira, que nos deixou aos 86 anos de idade.

Lamento profundamente que na semana passada, tenhamos perdido a presença de grande companheiro, extraordinário colaborador da CPI do Narcotráfico e o crime organizado aqui desta Casa e que nos ajudou nas andanças pelo Paraná, no trabalho de busca de notícias e informações, de investigação e vítima de um trágico acidente que não está devidamente esclarecido.

Perdemos o soldado da Polícia Militar, Adenilson dos Santos Oliveira, no último dia 28. Estava ainda a serviço desta CPI, voltava de uma investigação na BR-277, quando fechado num retorno mal feito por um motorista, acabou ficando seis dias em estado de coma e falecendo no dia 28. São três fatos lamentáveis, a morte do governador Mário Covas, senador, deputado federal por três ocasiões, candidato a presidente da República e certamente a Bancada do PSDB lhe renderá homenagens aqui nesta Casa; a morte de Arlindo Ribas de Oliveira, e do policial Adenilson dos Santos Silveira, que era da força-tarefa da nossa CPI desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ainda, no Pequeno Expediente, ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Um dos primeiros pronunciamentos que fiz nesta Casa foi com relação ao IML de Londrina que estava em estado deplorável.

A geladeira que mantinha os mortos que lá passavam, pelo IML, ficou estragada durante muito tempo, os corpos entrando em estado de putrefação, porque não tínhamos uma geladeira para mantê-los, faltando com a dignidade, até na hora da morte, para com os londrinenses.

Fizemos um ou dois pronunciamentos e quando assumiu o Secretário Tavares na Segurança, levamos ao conhecimento dele o problema do IML.

Ele que é um ex-londrinense já passou por lá como cidadão e acho até que chegou a votar na cidade, resolveu a questão do IML da seguinte forma: mandou a sua assessoria para lá e acabou demitindo o chefe do IML porque ele fez as devidas denúncias e hoje a Folha de Londrina e o Jornal do Paraná trazem uma reportagem falando sobre a questão da segurança de Londrina.

Vou ler aqui, para não passar como “amigo da onça”, como a minha amiga Beti, do Estado do Paraná fez, para mostrar quem são os “amigos da onça”, de Londrina. Diz a reportagem:

(Lê):

“Empresários cobram mais segurança

Célia Guerra, de Londrina

Os empresários das regiões oeste e norte de Londrina ameaçam entrar na Justiça contra o governo do Estado pela falta de segurança. Uma medida cautelar está sendo preparada e já possui 100 assinaturas. A previsão, segundo a Associação Comercial e Industrial da Região Oeste (Aciroeste), é que o número ultrapasse 200 comerciantes e industriais. A ação mostra a indignação do empresariado pela falta de ações por parte do governo que coíbam, ou ao menos diminuam, o número crescente de assaltos. Só nos dois primeiros dias de março foram registrados oito casos.”

E aí, segue a reportagem, mostrando a indignação do povo de Londrina pela falta de segurança, o descaso do governo e do ex-londrinense José Tavares, que não dá atenção à sua ex-comunidade.

Lamentavelmente recebi aqui agora, do presidente da Câmara, Tercílio Turini, que em audiência pública estão intimando para a próxima sexta-feira, dia nove, a presença do secretário de Segurança, José Tavares da Silva Neto, que já disse ter confirmado sua presença para lá comparecer e falar sobre a questão da segurança de Londrina.

Estou trazendo aqui, senhor presidente, até para não parecer o “amigo da onça”, mas para tentar alertar o governo sobre a insatisfação do povo do Paraná com relação à atenção que tem sido dada por este governo, para Londrina e toda a região, que aqui com muita honra represento, sem medo e sem vergonha.

Acho que o governo precisa, pelo menos dar ouvidos à nossa região, que é a segunda maior do Estado. Hoje, casualmente, estou trazendo o problema da segu-

rança. E iniciei lá uma campanha amplamente divulgada pela imprensa, para perguntar aos londrinenses o que é que pensam sobre a venda da Copel. Falam, por telefone, “sim” ou “não”, mas respondem através do meu e-mail.

Quero fazer um relatório minucioso, dar aos senhores deputados e distribuir à imprensa, e inclusive ao próprio governo, para ajudar a orientá-los, para que sintam o que é que o povo do Paraná está pensando deste governo, que mais parece um desgoverno.

Na questão da segurança, especificamente, recebi uma carta de uma mãe de diversos filhos da cidade de Londrina, dizendo: “Deputado Moysés Leônidas, eu não durmo enquanto meus filhos não chegam do trabalho ou da escola!”

Londrina é uma cidade que dorme e acorda com medo. E o que é pior, agora, também tem medo da ação que sempre manteve, por onde passou, da truculência do senhor Tavares. Não quero, aqui, que o senhor Tavares, ex-londrinense, trate minha cidade, a cidade que já foi dele, do jeito que ele está tratando, sob pena de passar aqui como “amigo da onça”. Estou fazendo um alerta.

Vamos aqui semanalmente, trazer o descontentamento, porque a única forma que existe de mostrar o descontentamento de Londrina é trazer a esta tribuna o que tenho recebido.

Quero ler alguns e-mails que estou recebendo e tenho guardado. Recebo uma média de 120 por dia, para que pelo menos haja um alerta por parte daqueles que governam o Estado, e aqui quero fazer até uma pretensa defesa do governador, que fica envergonhado diante destas situações, porque a maioria absoluta...

Senhor presidente, quero requerer meu tempo pelo PSB, para continuar meu raciocínio.

... dos secretários de governo do Estado querem aparecer mais que o governador. Estive presente e não tenho nenhum compromisso com o governo. Nada, em absoluto! Elegi-me aqui, com um Partido de Oposição, que foi o PDT, mas fui receber o governador, nesta última vaia que ele tomou, em Londrina, a pedido do prefeito Nedson. Fomos ao aeroporto e disse ao Nedson, se o maior inimigo nosso vier a Londrina para trazer recursos a Londrina, vou lá apertar a mão. Sentei ao lado do governador. Tomei vaia. Tomei empurrão. Fui gozado. Fui cobrado. Mas, disse: temos que receber bem o governo. E fiquei com pena do governador Lerner, porque os seus auxiliares não contam a verdade para ele, maquiagem a realidade, e ele não fica sabendo. E como autoridade e pela honorabilidade do cargo, o governador merece respeito, por pior que seja.

Mas, não é possível quando se trata da área de educação, por exemplo, vai lá a senhora secretária Alcyone, agora aqui lembrada pelo deputado Algaci Tulio, ao invés de preparar o recebimento do governador lá em Londrina, ela tem a preocupação de descer e dar “tchauzinho” do avião do governador, como se estadista fosse.

Então, o governo precisa ser alertado disso. Se não tem quem faça, se o seu secretário não faz, precisamos

aqui dizer, porque o Paraná está vivendo uma grande fase, é um Estado emergente e não pode perder, exatamente por causa dessas notícias que hoje ainda vi na Folha de São Paulo, maculando o próprio governo. Estamos perdendo todos nós. E aí não se trata de ser “amigo da onça”. Eu prefiro ser “amigo da onça” do governo do que ser “amigo da onça” da minha comunidade, a comunidade que me respeita e que me trouxe para cá.

Então quero, senhor presidente, deixar aqui, não em forma de crítica, porque não se faz política com raiva, e não sou raivoso porque tenho formação acadêmica para suportar isso, mas acho que está na hora de esse governo acordar e pelo menos aprender a respeitar as regiões.

Neste final de semana andei pelo Norte Pioneiro, não vi ninguém contente, é do caminhoneiro ao professor, ao pequeno agricultor, ao grande. Então, o que precisamos é pelo menos mostrar e dizer que há este descontentamento, porque se maquiavam, fazem a maquiagem errada e entregam erradas as informações para o governo. A população do Paraná não vai realmente ganhar nada com isso. E aqui vamos falar sempre a verdade, doa a que doer. A verdade às vezes dói, mas tem que ser dita.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, queria registrar a presença do prefeito de Luiziana, o meu irmão. E dizer que é um orgulho, eu que fui o primeiro prefeito da cidade de Luiziana, hoje ele, como prefeito, segundo mandato, no município sobrou 16 mil em caixa. A Prefeitura não deve um real para nenhum fornecedor.

Parabéns, prefeito, por vir a esta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, nobres deputados, senhoras e senhores.

Venho a essa tribuna repartir a nossa alegria da data de ontem quando o Partido Liberal, o PL, recebeu a adesão de dois novos parlamentares, dois novos deputados, que vieram assim agigantar em mais um passo o Partido Liberal, a adesão do pastor Oliveira, deputado federal, meu companheiro, amigo e irmão, e do deputado

Baratter. Então, faço questão de fazer o registro da data de ontem, que muito foi importante para nós do Partido Liberal.

E aproveito também o ensejo para comunicar que estou entrando com um pedido de licença à Mesa Executiva. Estarei me licenciando com base no Regimento Interno, para fazer um tratamento médico que já venho sendo acompanhado pelos médicos e finalmente vou me submeter a uma cirurgia de estômago. Inclusive estarei entrando com esse pedido de licença hoje e dando oportunidade, então, ao nosso companheiro Antonio Baratter, para que ele possa novamente assumir uma cadeira nesta Casa de Leis. E também comunicar que a deputada Serafina hoje é homenageada como uma das parlamentares femininas da nossa Casa, e dizer que ela estará ocupando, o cargo de Líder da Bancada do PL enquanto eu estiver ausente.

Então, esse é o meu registro, faço questão que esteja registrado nos Anais desta Casa de Leis e agradeço a atenção dos nobres pares.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, com a palavra o deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Gostaria de registrar a presença do prefeito Zezão, que se encontra nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

está registrado nos Anais da Casa.

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados, venho à tribuna para falar alguma coisa a respeito de Mário Covas, mas antes das minhas palavras em relação à grande figura de político e de homem que foi Mário Covas, eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito de algumas condições aqui. Estou vendo que se comemora mais uma vez o Dia Internacional da Mulher. Pois bem, conheço bem a problemática porque a minha mulher, Ironi Pugliesi há mais de vinte anos está engajada nesta luta e vejo todas as reivindicações que as mulheres fazem, inclusive a deputada Luciana Rafagnin me deu um folheto antes de vir à tribuna com o seguinte título - “Agricultura familiar em mutirão pela cidadania”. Pois bem, aqui na Folha de São Paulo o governo federal está anunciando que vai negar os recursos que as mulheres dos trabalhadores do MST estão pedindo, porque ele não está de maneira nenhuma preocupado com este tipo de problema que existe no país. É uma coisa lamentável porque as mulheres estão aqui no Brasil, conseguiram avançar muito durante todos estes anos. Mas veja bem, lá no Afeganistão as mulheres, agora sob o governo da Taleban estão proibidas de irem à escola. Lá os fanáticos fun-

damentalistas islâmicos estão proibindo que as mulheres se dirijam à escola. Aqui elas são impedidas, a parte mais pobre da população e mais fraca, que é a mulher que trabalha no campo, está sendo colocada de lado por este governo destruidor do patrimônio brasileiro.

Eu queria dizer, senhor presidente, que eu não vou me referir ao companheiro Mário Covas, em relação aos últimos dias de vida dele, mas aquilo que eu convivi com ele. Mas, antes disto, voltando ainda ao problema do regime no Afeganistão, estão destruindo aquele patrimônio cultural, que foi deixado ali inclusive pelos budistas há mais de mil anos, estão destruindo aquilo. Aqui os fundamentalistas neoliberais, os fundamentalistas neo-empreguistas defensores dessa política de entrega estão prestes a destruir a principal parte do patrimônio do povo do Paraná que é a Copel. O Moysés Leônidas, falando na tribuna disse, estou prestando um serviço ao governo falando sobre este assunto. Pois olha, o maior serviço que os deputados governistas poderiam fazer a este governador era votar no projeto que proíbe a privatização da Copel, porque aí sim vocês estariam impedindo que o governador Jaime Lerner passasse definitivamente à história como Joaquim Silvério dos Reis, do Paraná, desmontando esse patrimônio público. É preciso e eu voltarei à tribuna, para falar sobre esse assunto. Lá se destrói acervo cultural, construído em milhares e milhares de anos. Aqui os fundamentalistas fanáticos do mercado destróem aquilo que o povo do Paraná construiu durante todo esse ano.

Eu não gostaria de estar na situação em que se encontram alguns deputados, aqui. Não que isso venha em demérito deles. Mas outro dia o governador bateu duro no PSDB, dizendo que são eles os responsáveis pela corrupção, no município de Maringá.

Agora há pouco tive a notícia de que o governador do Paraná, que aqui bate no PSDB, está em São Paulo, para render homenagens à maior figura que o PSDB tem, muito maior que a figura do senhor Fernando Henrique Cardoso.

Está na hora de esta Assembléia, no meu entendimento, ter um único comportamento. Não é possível mais que tenhamos de assistir todos os dias essa complacência, que Covas não teve e essa permissividade, que Covas não teve. Não é possível mais a gente ver essa sintonia entre a barriga da cobra com o chão. Um discurso mentiroso se faz, neste País, em todos os cantos. Estou falando da serpente, porque ela tem a língua partida, bifurcada. Um discurso é com o eleitor. O outro discurso é outra história. É a intimidade da serpente com o chão. É a intimidade da língua bifurcada, para fazer dois discursos.

Dói-me chegar nesta altura da minha vida esperando que os partidos pudessem ser instrumentos de libertação e não moeda de troca, que se vê todos os dias, em todos os cantos.

Outro dia, o presidente Michel Temer confidenciou, porque talvez, só ele soubesse que um deputado federal em um só dia, em uma só tarde, mudou quatro

vezes de partido. Não é possível! Não é possível que esse País entre no século XXI com esse tipo de comportamento. Tudo é aceito, porque são pragmáticos, modernos e não querem entrar no jogo dos retrógrados, que combatem o neoliberalismo.

Não estou a fim de entregar para ninguém o patrimônio que tenho, de ter caminhado todos esses anos somente sob uma sigla: MDB, desde o primeiro dia e MDB até o último dia. Quando o MDB foi assassinado pela ditadura militar, que precisava enterrar o cadáver pútrido da antiga lei, para destruir a sua casa, que já era autodestruída, se agrediu o meu partido. PMDB desde o primeiro dia e até hoje estou no PMDB. O partido é bom, tem programa de estatuto, sabe e tem princípios, alguns são inarredáveis, são permanentes, são eternos, eu poderia dizer.

Então me dói ver o ministro se antecipando: mulher de sem-terra não vai ter crédito e o troca-troca partidário de todos os dias. É como se fosse o arroz e feijão com ovo frito todos os dias, ninguém se surpeende, ninguém fica indignado, nada. Vamos, lá, vamos acabar com o Banestado, vamos lá. Agora, leio nos jornais que estão tentando fazer com que, com a Copel, a base governista se anime novamente no colo do governo. É um grande movimento de agressão, como é que pode um deputado todo dia ouvir isso?

Me perdoem a franqueza, jornalistas e companheiros: “você não vai usar a tribuna, você está sem usar a tribuna”. Não, estou fazendo a minha parte, não tenho falado, mas você fica enojado de ver esse tipo de coisa se repetir todos os dias, em todos os lugares.

Outras coisa, só político neste País que não presta, e esses ladrões, sob o manto de empresários que roubam de 01 de janeiro a 31 de dezembro sonegando, não declarando corretamente aquilo que produzem? Esses são os ladrões contumazes de todos os dias.

Senhor presidente, me lembro que um dia fui convidado pelo Hélio Duque, do PSDB, meu irmão, meu amigo, meu companheiro: “Nós vamos fazer uma reuniãozinha agora”, lá, quando nós éramos deputados federais, constituintes. Bom, cheguei lá, estava o Hélio Duque, mais três deputados do Nordeste, e o deputado Nelson Friderich aqui do Paraná. O que se pretendia a partir daquela primeira reunião? fazer um movimento para destituirmos da liderança do PMDB o atual prefeito de Joinville, pessoa inatacável, cidadão corretíssimo, grande figura da política, mas que no nosso entendimento não atendia àquilo que nós pretendíamos na Assembléia Nacional Constituinte, que era para fazer uma Constituição realmente onde todos pudessem ser representados, onde todos pudessem de uma maneira bem profunda, constituir esse novo País que todos nós queremos construir. Bom, aí chegou o Covas, rindo, aquele jeitão dele, então, vamos à reunião. “Olha Covas nós chamamos você aqui porque nós queremos que você seja o nosso candidato a presidir o PMDB na Assembléia Nacional Constituinte”. Ele falou: “para início de conversa eu acho que

nós temos uma boa reunião, estamos aqui em seis”. Foi ali que começou a escalada do Covas para ser o líder do Partido na Assembléia Nacional Constituinte. Me lembro do Covas caçado, preso por esse regime ignóbil que foi essa ditadura militar que nós tivemos aí que matou, os livros estão aí para todos lerem, matou, assassinou, torturou, tanto é que nós colocamos lá que a tortura é crime inafiançável por saber aquilo que nós tínhamos passado, eu nem tanto, mas quantos amigos que eu não tive a oportunidade de nem ver os ossos, porque até com os ossos desapareceram.

Bom, o Covas foi nos comandar na Assembléia Nacional Constituinte. Fez um trabalho muito grande, muito sério, é um homem de extraordinário valor. E agora vejo, na frente do hospital e veremos ao lado do caixão gente que só o agrediu durante todos esses anos. Por quê? Porque ele tinha uma posição política muito grande na direção de resolver os problemas que existem, nesse País. É o fingimento, é a hipocrisia que existe, nestes momentos. Eu me lembro, me excedo mas me ocorre o seguinte: Tancredo Neves e Magalhães Pinto, muito “amigos”, um queria ver o outro pelas costas. Aí Tancredo entra no plenário e alguém fala: Tancredo, hoje é o aniversário do Magalhães Pinto. E o Tancredo: Puxa, que coisa. Chegou lá, encontrou o Magalhães, deu um abraço: Parabéns pelo seu aniversário, ontem, a primeira coisa que eu fiz foi enviar-lhe um telegrama. E o Magalhães: Foi o que eu mais gostei. Então, vejam bem, não sabia do aniversário, não mandou telegrama, o outro não recebeu e é assim que caminha a humanidade! Mas aí tem o bom senso, o bom humor, a sabedoria mineira, sabem, a ginga, o jogo de cintura, você tem que se debruçar para aprender com esse mestres da política!

Agora, o Covas, ele foi isso que vocês vêem! E me identifico muito. Ontem um jornalista e outro aqui me disseram: É você se identifica muito com o Covas. Eu também tenho o mesmo estilo, eu também sou epidérmico, eu também não gosto de ser agredido injustamente. Discordar de mim, discordem todos, se quiserem, não tem problema nenhum, mas fiquem sabendo que eu fiz essa longa caminhada mirando em determinados exemplos aqui, políticos e fora da política, do Paraná e do Brasil, e não me sinto nada desconfortável. Estou muito confortável, na minha posição! Apanhei muito mas também bati muito! Mas eu batalhei por quê? Para mudar, para transformar! Foi o que o Covas quis fazer. É aquilo que eu falei: nada de complacência, nada de ser permissivo! As condições que precisam ser colocadas dentro da sociedade, de frente para a população, têm que ser colocada, sem medo, sem nada! Como a gente é, a gente se despe, se desnuda!

Então um apelo: mirem-se no exemplo, como eu me miro, no exemplo do Covas! Vamos, daqui a uns dias derrotar esses fundamentalistas, néo-entreguistas do néo-liberalismo que querem entregar este grande patrimônio do povo do Paraná, que é a Copel! Essa é uma questão estratégica da qual o povo do Paraná já se manifestou que

não quer se afastar dela, não quer que haja venda desse patrimônio público. O Covas é referencial. Não quero aqui ficar com lenga-lenga, com choramingas, nem nada, o Covas entra na história política desse País, naquele jeito rude dele. Maior figura dos últimos anos, perdeu uma filha, num acidente de automóvel, foi preso, foi cassado, permaneceu firme, não ficou fazendo conchavos com nenhum governante, com nenhum presidente de Assembléia, com ninguém! Olha, é um exemplo!

Daqui a pouco vamos na direção de aprovarmos esse projeto que nega aos fundamentalistas, fanáticos defensores da entrega do patrimônio construído pelo povo do Paraná, inclusive a estrangeiros! Essa Assembléia passará à história como instrumento do povo que foi usado na hora correta! Senão vocês sabem que a moda tem duas faces: tem a face de Tiradentes e do outro lado da figura do traidor, um está no altar da Pátria, o outro está na lata de lixo da história. Esse Parlamentar pode crescer, pode subir no conceito de todo o Brasil se tomar, no meu entendimento esta decisão.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. CUSTÓDIO (**Questão de Ordem**)

Eu quero registrar aqui presença do prefeito Amárico Ribeiro e do presidente da Câmara de Altônia, Pedro Nunes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores no Pequeno nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PST, PSL, PDT, PT, PTB, PFL.

PSDB, deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, cidadãos paranaenses que hoje acompanham esta reunião da Assembléia Legislativa.

Nós pela manhã fomos surpreendidos, ou melhor, recebemos a notícia que não gostaríamos de ter, mas que a sociedade e a nação brasileira já aguardavam.

Um homem que ao longo da vida usou todos os instrumentos públicos colocados à sua disposição, quer como prefeito da cidade de São Paulo, quer como deputado federal, como aqui o discursou o nosso dileto companheiro Waldyr Pugliesi, que teve a oportunidade e a rica felicidade de ter convivido com Mário Covas.

Mário Covas nascido a 21 de janeiro de 1930, na cidade de Santos, santista, torcedor pelo Santos como eu, paixão, e moço ainda, seu objetivo e seu sonho era ser presidente do Santos Futebol Clube. Não chegou a ser, mas tinha um segundo sonho. Presidente da República. Disputou em 1989 a presidência da República, não logrou resultado, mas deixou ao longo de sua história de vida, pessoal e política, exemplos marcantes.

Como prefeito da capital de São Paulo, o primeiro prefeito eleito diretamente após o regime militar de 1964,

fez um trabalho de reestruturação e de reorganização administrativa da capital paulista, foi um homem que à frente dos cargos que ocupou nunca se preocupou muito se estava agradando ou estava seguindo caminho traçado por outros, mas sempre se preocupou se estava seguindo os ditames da sua consciência.

Aqui não posso falar da riqueza dessa vivência, mas tenho certeza que Waldyr Pugliesi, o Anibelli, o Sérgio Spada, esses têm condições de testemunhar a presença da vida do Mário Covas na ação política do nosso País.

Como deputado federal, líder da Constituinte do PMDB, em 88 foi firme, duro, teve uma posição extremamente nacionalista.

Hoje em grande parte a Constituinte de 88 deve muito ao saudoso deputado, governador, companheiro e filiado do PSDB, Mário Covas Júnior, porque ele foi um baluarte na defesa intransigente dos direitos da pessoa humana.

Esses direitos aos quais não se alienou e, ele teve o seu direito alienado, cassado, quando insurgiu em 88 no processo de cassação de Márcio Moreira Alves. Aquele deputado era jovem como Covas, mas que queria para o Brasil para a sociedade brasileira, algo mais que uma centelha de liberdade, ele queria viver e exprimir a liberdade de uma nação que se posicionava para crescer.

O movimento de 1964, não quis; quando pertencente ao Grupo da Resistência, Pugliesi foi para a tribuna e fez um veemente discurso defendendo as liberdades individuais, especialmente a liberdade de manifestação do parlamento, o Márcio Moreira Alves não foi cassado.

Mas, dia 13 de dezembro de 1968, nós tivemos a edição de um Ato Régio, Ato Institucional nº 05, que deu aos militares um instrumento mais poderoso de operação. Em seguida Mário Covas foi preso, só sendo libertado na véspera do Natal.

Daquele momento em diante, Mário Covas submergiu. Não ouvimos falar de Mário Covas, mas cada vez mais ele se solidificava na sua personalidade, a consciência de que vale a pena defender as liberdades, defender a democracia.

Em 1986, voltava à vida partidária filiando-se ao PMDB. De lá para cá teve uma participação histórica, recebeu já em 1994, na eleição de 94, eleito governador do Estado, recebeu em 95 um Estado poderoso como São Paulo, mas na sua grandeza também tinha dimensão do desmando administrativo e das dificuldades financeiras em que o Estado enfrentava.

Firme, coerente, lúcido, determinado fez o dever de casa, corrigiu as distorções, permitiu que o Estado voltasse a ter capacidade de reinvestimento e, hoje, o Estado de São Paulo é um Estado extremamente alvissareiro. Isso graças à definição de Mário Covas.

Foi lá, no passado, o homem mais ligado à esquerda, Waldyr Pugliesi, para se transformar em 89, no discurso do choque do capital que depois empregou no seu próprio governo.

Mostrou que no governo, falam mais as responsabilidades os atos e que com certeza coroarão o seu futuro, e assim foi Mário Covas.

Viveu com franqueza, disse sempre o que quis, buscou sempre a verdade, e deixou uma verdade para todos nós, o exemplo e uma vida intocável, deputado Spada, que me cede tempo para que possa falar em nome da Liderança. Essa vida intocável do Mário Cova, que seja o exemplo para todos nós políticos, porque ele era o grande leme, o grande pensador, a reserva moral dentro do PSDB e tenho certeza, para o mundo político nacional.

Que possamos, mirando na caminhada de Mário Covas, fazer a nossa própria, para que um dia, com muito mais humildade, com certeza, deputado Rossoni, possamos ter o mínimo de respeito que hoje todos nós, independente de Partido, devotamos à figura de Mário Covas.

A política a partir de hoje, perde um dos seus grandes referenciais mas ganhamos um exemplo do homem que soube lutar na política, soube enfrentar as dificuldades e adversidades da política, mas soube enfrentar com orgulho, com determinação, a sua própria doença.

Ela não o derrotou. Ela tirou a sua vida, mas não o derrotou. E nós possamos mostrar que o que vale não são os anos vividos mas a história que deixamos no decorrer desta vida.

Foram 40 anos de vida política intocável e que esta referência seja referência do parlamento nacional, seja referência de todos os homens públicos deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

Com a palavra, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

O Brasil perdeu nesta madrugada um dos seus maiores estadistas, um homem público, sério, honesto, que dedicou a sua vida em favor da democracia, lutou incansavelmente contra o regime militar, foi cassado por esse regime militar, lutou pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelas eleições "Diretas Já", lutou pela democratização do País ao lado de Ulysses Guimarães e tantas outras figuras importantes desta Nação. Ajudaram a construir o País que todos nós estamos vivendo.

O Mário Covas sempre foi um cidadão do parlamento. Ao assumir o governo do Estado de São Paulo, fez uma verdadeira revolução. Saneou o Estado, brigou em defesa dos interesses do Estado de São Paulo, mas sobretudo, teve várias disputas no campo jurídico com o Estado do Paraná em defesa do seu Estado e nós, paranaenses, obviamente não aceitávamos e não aceitamos essas disputas que se circunscrevem ao campo da industrialização dos nossos Estados, o do Paraná e o de São Paulo, mas não podemos aqui deixar de estar - como estão todos os brasileiros - consternados por essa luta do

Mário Covas contra a sua doença, e um verdadeiro exemplo de vida, lutando contra o câncer, mas sobretudo, deixando um legado indispensável para a sociedade brasileira, porque conduziu um dos mais ambiciosos processos de privatização no Estado de São Paulo, desestatizou, lutou para defender efetivamente o seu Banco, que era o Banespa, mas quando percebeu que o Banespa estava condenado, tratou de federalizá-lo e depois acompanhou a sua privatização.

Tratou de privatizar e desestatizar todas as suas empresas de energia elétrica. Fez um processo inovador no Brasil, dividindo a geração de energia, a transmissão, dividindo o setor energético de São Paulo e alcançando preços significativos, saneando estas empresas e saneando o Estado de São Paulo.

Este grande brasileiro, Mário Covas, que nos deixou, efetivamente nos deixa também, uma grande lição, que muitas vezes o discurso do parlamentar durante toda uma vida, diante de uma triste realidade, de uma situação financeira precária, muitas vezes faz com que a razão prevaleça, a razão da desestatização, a razão da privatização, a razão de fazer um serviço melhor para o cidadão, no caso paulista, e para todos os cidadãos brasileiros.

Fica aqui minha solidariedade e a solidariedade de todos nós, paranaenses. O governador Jaime Lerner, inclusive, foi e está em São Paulo, acompanhando o passamento do nosso constituinte, senador e governador Mário Covas.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de encerrarmos o Expediente, queremos anunciar, a pedido do deputado Ricardo Maia, a presença do prefeito de Paissandu, Jonas Lima, o ex-vereador de Maringá, Ulisses Maia, e o vice-prefeito de Sabáudia, senhor Mauro. Fica registrado nos Anais da Casa.

Antes de encerrarmos o Horário do Expediente, e na Liderança das Oposições, concedemos a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Inicialmente, quero, na condição de líder da Bancada das Oposições, até o dia de hoje - já que daqui a pouco teremos uma reunião dos deputados que integram a Bancada de Oposição, aqui na Liderança da Bancada do PMDB, onde vamos escolher nosso novo líder das Oposições, por um período de seis meses, conforme estabelecido pelos deputados desta Bancada de Oposições.

Quero também, senhor presidente, me somar aos pronunciamentos todos que fizeram aqui, os companheiros, em especial o pronunciamento do meu amigo Waldyr Pugliesi, com referência ao passamento, à morte de Mário Covas, que sem sombra de dúvidas foi para todos nós um exemplo de trabalho e de dignidade na vida pública. Lembro-me quando comecei a militar no velho MDB de guerra, já naquela oportunidade, Mário Covas

era uma referência no MDB do Estado de São Paulo, ao lado de Franco Montoro e outras personalidades do nosso Partido, o MDB.

Por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, sem sombra de dúvidas foi uma das figuras centrais de toda a condução do processo da elaboração da nossa Constituição. E não tenho nenhuma dúvida e nenhum medo de afirmar que neste final de segundo século, do ano 2000 e início do novo milênio, sem sombra de dúvidas, Mário Covas, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, foram as pessoas que marcaram de forma significativa a atuação parlamentar deste País. São pessoas que deixaram marcas realmente indelévels, da sua atuação como homens públicos que passaram para a história como referências para todos nós.

Manifesto em meu nome pessoal e em nome de todos os deputados da Oposição, nesta Casa, os nossos sentimentos, a nossa tristeza por todos estes momentos de dor por ele vividos e sem sombra de dúvidas isso fez com que todos reforçássemos nossas convicções de que fazer política com dignidade e com seriedade vale a pena, porque mais cedo ou mais tarde isso sempre será reconhecido.

Também quero, neste momento, senhor presidente, senhores deputados, dizer a Vossa Excelência, aos demais deputados desta Casa e a todos aqueles que nos visitam e ao comitê de imprensa, que vamos juntos, todos os deputados, assinar um novo requerimento que institui uma Comissão Especial de Investigação para acompanhar de perto e participar das investigações que ocorrem na cidade de Maringá, no episódio por todos nós conhecido do caso Paolicchi. Tivemos alguns desencontros no dia de ontem, mas nada que não permitisse que o diálogo se estabelecesse desde o dia de ontem quando conversamos com o deputado Durval Amaral, e hoje com o deputado Hermas Brandão. E neste Plenário o deputado Durval Amaral, conversando conosco, com as lideranças partidárias não só dos partidos que integram a Oposição, mas também com aqueles que participam do bloco de Situação, devo dizer que da parte dos partidos que integram o Bloco das Oposições, conversei com o deputado José Maria. O deputado José Maria concordou que assinássemos hoje e que votássemos hoje, conversei com o deputado Hermes Fonseca, da mesma forma o deputado Nereu Moura já firmou esse documento e todos nós vamos assinar, demonstrando que no diálogo e no entendimento tudo pode prosperar nesta Casa.

E tenho certeza que esta Comissão Especial de Investigação será realmente uma demonstração para todos nós e para todos aqueles que no Paraná acompanham esse episódio, que é o caso Paolicchi, que a Assembléia Legislativa não se omitirá, não ficará adormecida nesse processo, mas que fará a sua parte.

Por isso, deputado Durval, vamos todos nós da Oposição, sim, assinar juntamente com Vossa Excelência e com os demais deputados do governo, essa Comissão Especial para...

Concedo um aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Quero cumprimentar Vossa Excelência e à Casa pela atitude tomada da Comissão para acompanhar a questão de Maringá. E aproveitar para apenas levar para casa também essa conversa que prosperou da Comissão de Maringá, para que também se estenda a Comissão para Londrina e para o Tribunal de Contas, visto que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar à Assembléia e visto que Londrina é um público notório. Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Concedo um aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Quero também cumprimentá-lo.

Vamos fazer o Anel de Integração aí, vamos colocar Maringá, Londrina, como disse bem o vereador, e estender, inclusive em outros ramais, para fechar esse nosso pedágio. Acho que a Assembléia acaba ganhando com isso. Parabéns!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, amanhã evidentemente quando já escolhido na tarde de hoje o nosso líder, faremos o pronunciamento de agradecimento pelo tempo que estivemos na Liderança de Oposição.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos senhores deputados Beraldin, Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Fernando Ribas Carli, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e Cleiton Kielse, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado Beraldin para presidir a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Pastor Edson Praczyk, na qualidade de líder do Partido Liberal, constante do expediente, indicando o nome da senhora deputada para responder pela Liderança do Partido a partir desta data. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Pastor Praczyk constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, por 121 dias a contar da presente data. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk e da senhora deputada Serafina Carriho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 304, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 03, 04 e 05, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

Vamos votar o veto nº 01, o item 03, o item 04, item 05.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/97, veto apostado ao Projeto de Lei nº 510/96, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ciretran, no município de Cambé. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO Plenário.**

OF/CTL/SEEG Nº 016/97

Curitiba, 06 de fevereiro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 355/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 510/96, por julgá-lo inconstitucional, em razão do motivo adiante exposto.

Objetiva o autógrafo criar, no município de Cambé, a Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, por ferir frontalmente o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo

legislativo de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 510/96 foi Publ. no D.A. nº 178 de 20.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 01/97

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda da mensagem governamental, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 510/96 do deputado Durval Amaral que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Ciretran em Cambé - Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental e, ainda estando de acordo com o prazo cabível, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/97, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 130/96, de autoria do deputado Sâmis da Silva, que reduz o índice do ICMS de empresas que promovam a divulgação em produtos ou serviços de fotografias de crianças desaparecidas. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES E SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 008/97

Curitiba, 28 de janeiro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 361/96 dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 130/96, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reduzir “índice do ICMS no limite máximo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), de empresas que promovam a divulgação, em produtos ou

serviços, de fotografias de crianças desaparecidas no Estado”.

Embora reconhecida a louvável preocupação do legislador em torno do assunto, a medida não pôde merecer acolhimento em razão da sua inconstitucionalidade porque fere mandamentos da Magna Carta da Nação. Tal inconstitucionalidade é bem demonstrada pelo Parecer nº 20/97, da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos, por mim ratificados, vão adiante transcritos:

“O Projeto de Lei nº 130/96 objetiva a redução da carga tributária do ICMS até o máximo de 0,5% de empresas que promovam a divulgação, em embalagens de produtos e/ou na prestação de serviços, de fotografia de crianças desaparecidas no Estado.

Preliminarmente, cumpre observar que o mencionado projeto não se encontra tecnicamente correto, pois, no seu artigo 1º dá a entender que o benefício seria através de uma redução na base de cálculo.

Em se tratando de redução de alíquota, o projeto possui vício de inconstitucionalidade, art. 155, § 2º, inciso IV, da Constituição Federal, uma vez que abrangente para operações internas e interestaduais, sendo que a competência para a fixação das alíquotas interestaduais é do Senado Federal:

“Art. 155 - ...

§ 2º - ...

...

IV - a resolução do Senado Federal, de iniciativa do presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;”

No que se refere à redução na base de cálculo, sendo benefício fiscal, dependeria, por sua vez, nos termos do artigo 155, § 2º, XII, “g”, e da Lei Complementar nº 24/75, artigo 1º, parágrafo único, inciso I, de celebração, entre os Estados, de convênio com este fim:

“Art. 155 - ...

§ 2º - ...

...

XII - cabe à lei complementar:

...

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.”

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.”

Ademais, o projeto reduziria, ainda mais, a capacidade financeira dos municípios e do Estado, que já se encontram comprometidos na sua capacidade de investimento em outras diversas áreas, igualmente relevantes.

Pelo exposto, e em que pese a louvável e nobre intenção do projeto de lei em apreço, está o mesmo maculado de inconstitucionalidade”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governo do Estado

(O Projeto de Lei nº 130/96 foi publicado no D.A. nº 40, de 16.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 03/97

P A R E C E R :

Esta proposição veto, oriunda de mensagem governamental, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 130/96, de autoria do deputado Sâmis da Silva que reduz o índice do ICMS de empresas que promovam a divulgação em produtos ou serviços de fotografias de crianças desaparecidas.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental e estando de acordo com o prazo cabível, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 04/97, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do deputado Sâmis da Silva, que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 014/97

Curitiba, 06 de fevereiro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 362/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 163/96, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que qualquer operação policial que vise a desocupação de áreas invadidas para assentamento, deverá obrigatoriamente ser acompanhada de Comissão Especial composta por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e órgãos oficiais que especifica.

O presente veto decorre de pronunciamento contrário à medida, expedido pela Procuradoria-Geral do Estado (Parecer nº 018/97-PGE) que, em anexo, integra, como razões fundamentais, o veto ora aposto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 163/96, foi publicado no D.A. nº 54, de 07/05/96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 04/97

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do deputado Sâmis da Silva, que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e estando dentro do prazo cabível, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, está apto a ir ao Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 05/97, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do deputado Luiz Cláudio Romanelli, que regulamenta os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM

CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, solicito aos nobres companheiros do Bloco de Sustentação Política do Governo para que nesses vetos que iremos apreciar neste momento nós venhamos a votar efetivamente sim, mantendo os vetos, até por que, uma rápida explicação, no caso por exemplo da cidade de Cambé a Ciretran já está instalada e não há necessidade de se derrubar este veto e os demais casos que vamos apreciar aqui são matérias também vencidas, inclusive de deputados que já não mais tem assento a esta Casa. Então gostaria de pedir a todos os senhores deputados para que votassem sim mantendo os vetos que estão em votação neste momento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a nossa recomendação é para que votemos não derrubando os vetos e mantendo esses projetos até para que o ato praticado pelo governador de instalar a Ciretran na cidade de Cambé possa ele ter a plena viabilidade, afinal de contas foi um projeto que autorizava, o governador já atendeu e nada mais justo do que nós neste momento confirmarmos esta autorização que anteriormente demos e abonarmos mais uma vez esta decisão do governador de instalar lá a Ciretran.

Com relação ao item 3, 4 e 5 são projetos oriundos de parlamentares que integravam a nossa Bancada do PMDB na Assembléia, deputado Sâmís da Silva, deputado Luiz Cláudio Romanelli e todos os três projetos do mais elevado alcance social. Deputado Sâmís reduz o índice de ICMS de empresas que promovam a divulgação em produtos ou serviços de fotografias de crianças desaparecidas. O item 4 - dispõe sobre a participação obrigatória de comissão especial em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento. isso já foi muitas vezes objeto de formação de comissões especiais para acompanhar esses assentamento.

Então, a proposta de que isto se torne lei é de alta importância para todos nós. E o projeto do deputado Luiz Cláudio Romanelli regulamenta os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dá outras providências.

Quer dizer, projetos todos da mais alta importância, do maior significado, razão pela qual entendo que todos eles, os quatro vetos devam ser derrubados e portanto peço aos deputados que votem com a cédula não.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede Chamada Nominal dos senhores deputados).

Quarenta e um senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao deputado Beraldin, Sérgio Spada e Ribas Carli para serem componentes da junta apuradora.

Resultados da votação dos itens 1, 3, 4 e 5.

Pela manutenção dos vetos 20 senhores deputados votaram: Sim.

Pela derrubada dos vetos 19 senhores deputados votaram: Não.

Votos brancos: 07.

Estão mantidos os vetos dos itens: 1, 3, 4 e 5, rejeitados os projetos.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Valdir Rossoni a chamada dos senhores deputados para a votação do veto apostado ao Projeto nº 185/96.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/97, veto apostado ao Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividades de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 015/97

Curitiba, 06 de fevereiro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 314/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 185/96, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as multas de mora por inadimplemento de obrigações no seu termo por consumidores de bens ou de serviços, aplicadas por fornecedores, não poderão ser superiores a 0,0667% (zero vírgula zero seiscentos e sessenta e sete por cento) do valor da prestação por dia de atraso, até o limite mensal de 2% (dois por cento) e que os tributos estaduais não pagos no vencimento serão acrescidos da multa de mora de 2% ao mês, sem prejuízo dos juros moratórios e demais penalidades estabelecidas na legislação em vigor.

O presente veto decorre de pronunciamento contrário à medida, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda (Parecer nº 47/97-IGT) que, em anexo, integra, como razões, o veto ora apostado.

Vale, ainda, ressaltar, no que pertine às atividades de Prestação de Serviços Públicos, o fato de que muitas empresas que atuam no setor estão vinculadas às normas de cunho federal, porque exploram atividades reguladas pela União.

Nesse sentido, o presente projeto de lei tratou genericamente a todos os prestadores de serviços públi-

cos, não delimitando os casos em que se aplicaria a Legislação Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de nº 185/96, foi publicado no D.A. nº 61, de 15/05/96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 02/97

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do deputado Ricardo Chab que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividades de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça foi chamada para exarar parecer e estando o Poder Executivo de acordo com o prazo cabível para tal, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável a seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Procede a Chamada Nominal dos senhores deputados para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao deputado Hermas da Fonseca, deputado Tiago Amorim e deputado Orlando Pessuti, para comporem a mesa apuradora.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Presidente Hermas Brandão, nós estamos vivendo um fato inusitado que é quebra do sigilo do voto secreto. Como nós não temos o painel, espero que na sua presidência nós tenhamos um painel eletrônico daqueles que não seja violado.

Como aquela situação ali da cabine que está aberta, constrangedor até para quem quer usar o direito da liberdade do voto e ficar secreto. Solicito à Mesa que desse um jeito de inverter a urna para que nós tivéssemos resguardada a privacidade do voto na escolha dele. (a cabine).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrada a solicitação de Vossa Excelência.

Nós vamos aguardar as investigações do senado para ver se realmente é inviolável.

Segundo o Anibal Khury, o nosso ex-presidente, era que não colocou em funcionamento o nosso painel eletrônico, porque justamente, corria o risco de violação.

Nós vamos aguardar, se tivermos realmente uma empresa segura que possa nos fornecer o painel eletrônico com toda a segurança nós vamos implantar.

(contagem dos votos)

Votaram 41 senhores deputados.

Pela manutenção do veto, 27 senhores deputados.

Votaram “não”, pela derrubada do veto, dez (10) senhores deputados.

Em branco: 1

Nulos: 3

Continua mantido o veto.

Automaticamente, rejeitado o projeto.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a implantar o programa de leitura de revistas e jornais - PROLERJ nas escolas estaduais e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. Encerrada a discussão. Encaminha-se à C.C.J.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - DASAP Norte Paranaense; com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA nº 154, de 08.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 372/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - DASAP Norte Paranaense, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade

pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, com sede e foro no município de Guarapuava. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 22.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação e Pais e Amigos dos excepcionais de Turvo, com sede no município de Turvo e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de utilidade pública a Associação de Evangélica de Ensino de Castrolândia, com sede e foro no município de Castro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA nº 167, de 23.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 397/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Evangélica De Ensino de Castrolândia, com sede e foro no município de Castro.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 253, 193 e 252, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 188, 194 e 260, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 186, 187, 189, 190, 191, 192, 259 e 287, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 204 e 231, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 235 e 237, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 239, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Transferido para a sessão de amanhã.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ao artigo 183 do Regimento Interno é muito claro quando diz que "...aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será encaminhada da seguinte forma...". E aí coloca os incisos que colocam 48 horas para que cada comissão se manifeste. Sabemos que as comissões foram instaladas. Mas, nem todas têm o seu presidente e estão em funcionamento.

Logo, inviabiliza aprovação e até mesmo apreciação deste requerimento, neste momento, haja visto que não temos as comissões funcionando, ainda, nesta Casa.

Por isso, senhor presidente, requeiro a acolhida desta questão de ordem.

O SR. TONY GARCIA (**Pela Ordem**)

Quero informar a esta Mesa e ao nosso líder, que tenho nas mãos todas as comissões, já constituídas com seus presidentes e assinada pelo presidente interino, Élio

Rusch, onde diz que a C.C.J., para onde deve encaminhar este projeto, já está constituída desde ontem, dia cinco.

Como tenho estes documentos, fica prejudicada a questão de ordem do líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Diante do questionamento do líder do Governo, e ele solicitou também a discussão do requerimento, transferimos para a Ordem do Dia de amanhã.

O SR. TONY GARCIA (**Pela Ordem**)

Fica, então, de que maneira? Ele pede para discutir ou fica na forma regimental, que ele está pedindo, neste momento? Era isto o que eu queria que ficasse claro nesta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer um levantamento se as comissões já estão constituídas e daremos a resposta a Vossa Excelência amanhã.

Requerimento nº 243, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Encaminhe-se apenas como solicitação.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informamos ao nobre deputado José Maria Ferreira que nós não podemos solicitar, podemos pedir informações.

Pela Ordem, tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a expressão está incorreta: pedir a Assembléia pode, o que estou solicitando é que a Mesa peça ao Ministério dos Transportes essas informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, a Mesa também não tem poderes para solicitar de um órgão federal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não, poder não tem, ela pede.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicitar, nós solicitamos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não tem problemas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Inclusive já fizemos o despacho e estamos encaminhando apenas como solicitação. Não há necessidade de votação, portanto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 244, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 185 e 201, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 195, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 196, 197 e 198, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 199, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 200, de autoria de senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 202, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 205, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata.**)

Requerimentos nºs 206 a 213, 227, 278 a 285, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 214 a 221 e 265 a 276, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 224, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 228 a 230, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 232, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 233, 234, 236, 288 a 291 de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 238, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 240, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 241, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 245 e 277, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 251, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 255, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 257, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 263, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 292 a 299, de autoria do senhor deputado Tiago de Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 302, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Luiz Accorsi, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Tony Garcia e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 306, de autoria dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Hermas Brandão, Marcos Isfer, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 261, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Em consequência do requerimento aprovado para o licenciamento do deputado Pastor Edson Praczyk, convidamos o deputado Antonio Carlos Baratter a tomar assento como deputado estadual desta Casa deixando de proceder o juramento porque anteriormente já exerceu o cargo de deputado estadual nesta Legislatura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do ex-Deputado Estadual e prefeito de Nova Londrina, nosso grande companheiro, querido amigo Arlindo Troian.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 372, 395 e 397/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059, 190, 200, 294, 407, 409, 410 e 415/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001.

“Campanha da Fraternidade 2001”

Dom Jaime Luiz Coelho
Jornal Gazeta do Povo

A Campanha da Fraternidade tem uma história. Em 1961 três sacerdotes da Cáritas Brasileira tiveram a idéia de organizá-la, na busca de meios para obras sociais. Em 1962, em Natal, Rio Grande do Norte, a Diocese a colocou em prática. Em 1963, já com a adesão de algumas Dioceses, a Campanha da Fraternidade lançou os seus fundamentos. Em 1964 a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - a assumiu oficialmente, dando início a uma seqüência benéfica para a Igreja no Brasil e toda a sociedade. Neste correr de anos - 38 até agora - diversos assuntos foram apresentados a reflexão e estudos, sempre visando a uma verdadeira Evangelização. Mais do que buscar uma ajuda financeira, a Campanha da Fraternidade tornou-se verdadeiro despertar das consciências.

Como diz o texto-base da CF 2001, “ela acontece na Quaresma, e como convém a esse tempo litúrgico, suscita um apelo à conversão para a justiça, o amor, a fraternidade e a paz”. Assim, neste ano, diante da situação caótica em que se encontra a sociedade com o tráfico de drogas e a destruição de nossas crianças, adolescentes e jovens e, também, adultos, a sociedade é convidada a refletir sobre o lema: Vida Sim, Drogas Não! A produção e o tráfico de drogas, diz o texto-base, tornaram-se hoje um grande negócio e, portanto, interferem na política e na cultura do nosso povo. O problema passou a ser estrutural, atingindo um grande número de pessoas, e é, na verdade mundial. Diante dessa realidade, é preciso fazer, como cidadão conscientes do valor do ser humano e da periculosidade das drogas, primeiramente, um grande mutirão de trabalho preventivo. As instâncias competen-

tes, que devem velar pela sociedade, não podem cruzar os braços diante das poderosas forças que produzem e traficam drogas. A dignidade humana deve ser resgatada e, seguindo os passos de Jesus e olhando o próximo com o seu olhar, quer a Campanha da Fraternidade 2001 construir um mundo onde o ser humano encontre a felicidade e não precise mais buscar nas drogas um prazer ilusório. O texto-base da CF 2001, na sua investigação sobre este assunto tão candente e preocupante em nossos dias, lembra que o narcotráfico, cujas redes permeiam todo o planeta, movimentava valores estimados em torno de US\$400 bilhões por ano. Apesar de sua clandestinidade, seu poder alcança muita gente, numa imensa malha de produtores de drogas, de agentes financeiros, traficantes e consumidores. São chefes poderosos dessa rede, que se servem de todos os meios, até para a “lavagem de dinheiro”, levando à desgraça não somente pessoas abastadas ou da classe média mas, também, meninos de rua e moradores de favelas, todos expostos a violência do narcotráfico. Quantas famílias hoje choram a destruição de seus filhos, levados, por um motivo ou outro ao vício das drogas. Com a destruição dos valores morais da pessoa humana com a propagação do ridículo e da imoralidade na vida social moderna, como acontece, por exemplo, agora no carnaval, bem é que a comunidade seja convidada - de modo especial as famílias - a uma volta ao bom senso e à busca de Deus. Rezemos, pois, no seio das famílias e, particularmente, a Oração da CF 2001.

Deus de ternura e bondade, bendito sois pelo maravilhoso dom de viver! Nós vos agradecemos, porque podemos escolher a vida, e não a morte. Fortalecei-nos na solidariedade em favor das vítimas das drogas. Aumentai em nós, senhor, a perseverança e a união na luta contra o perverso sistema de destruição da vida. Que encontremos sempre em Vossa Palavra, na Eucaristia e na comunhão eclesial, sustento para a caminhada e para a construção do Vosso Reino. Que vosso amor, ó Pai, circule em nossos corações, nas relações humanas e na sociedade, para acelerar a vinda do mundo que a gente quer, um mundo sem ódios, sem exclusões, sem drogas, um mundo pleno de vida, amor, solidariedade e paz. Isto vos pedimos por Jesus Cristo, vosso Filho, que veio ao mundo para que todos tenham vida, na unidade do Espírito Santo. Amém

Dom Jaime Luiz Coelho
1º Arcebispo de Maringá

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001.

“Administração Pública: Mudança Necessária”

Doutor Rafael Iatauro
Presidente do Tribunal de Contas do Paraná

Sob o patrocínio de políticas administrativas vinculadas a uma nova visão cultural das funções do Estado,

o setor público passa por inegável impulso de transformação e modernização, pressionado por valores democráticos fundamentais e de justiça social, originário dos reclamos populares.

Na verdade, qualquer avaliação do comportamento da ordem administrativa pública, vai identificar situação de visível processo de degradação em todas as áreas de atuação do Estado.

Nesse contexto, segmentos importantes e essenciais, como a educação, saúde, segurança e transporte, tiveram caracterizada sua deterioração, foram sucateadas pela crise, revelando nítida desconstrução do Poder Público.

Entre as causas determinantes, é possível revelar as inconsistentes medidas operadas na atividade pública, como o clientelismo inconseqüente, que provocou vertiginoso inchaço dos quadros da máquina governamental, a legislação de base corporativista e populista, em que determinadas categorias profissionais foram privilegiadas com diversas vantagens financeiras, e o descontrole das contas públicas. O gasto resultante foi encaminhado para o bolso do contribuinte.

Não se trata de conclusão apressada, mas de realidade do conhecimento da sociedade e do próprio governo.

No fundo, o instituto das mudanças, embora o discurso reformista, não passou de meras alterações de organogramas, criação e esvaziamento de órgãos e adaptações burocráticas de cunho ideológico. O resultado evidente de tudo isso foi encaminhamento da administração para um processo de crise estrutural.

Projeta-se, agora, forte sentimento de mudança, dentro de uma agenda social, política e ética que, em sua extensão, busca o resgate da dignidade de se fazer boa administração.

Para vencer o passado e institucionalizar critério eficientes de atuação, torna-se indispensável a adoção de aspectos gerenciais que direcionem a área governamental para a conquista de resultados e redução de custos, tendo como suportes a agilidade e moderna prestação de serviços.

O tempo das opções já se escoou. Não há mais lugar para improvisações, políticas públicas deletérias, conseqüência de promessas de palanque e desvestidas da participação da sociedade.

As velhas raízes decisórias, geralmente apoiadas na tradição e discricionariedades, vão dar lugar ao planejamento, à transparência, austeridade e à verdade administrativa. sedimenta-se a necessidade de se implodir as estruturas carcomidas e trabalhar pela conquista de espaços renovadores e que possam ampliar as bases democráticas do poder.

Daí a necessidade de se construir cenários de administração pública dentro de delineamento inspirado em ações planejadas e que permitam a implantação de ampla reformulação da área governamental. Realizar gestão fiscal responsável, subordinada a um código de ética

que tenha por escopo o desenvolvimento humano, o grande destinatário da aplicação dos recursos públicos.

Os documentos orçamentários, como o Orçamento Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, deixaram de ser peças de ficção, elaborados dentro de padrões de conveniência, para se tornarem instrumento do planejamento e indicadores seguros das intenções do governante. Acima de tudo um Plano de Trabalho representativo da eficiência da ação governamental e das estratégias para o atendimento das demandas coletivas.

O que se exige, na atualidade, é a consolidação de um modelo de administração pública em que haja visibilidade, transparência e, sobretudo, responsabilidade e austeridade administrativa, pois o avanço democrático determina clareza, consciência e decisões políticas que estejam ao alcance dos olhos do cidadão.

A sociedade chegou à exaustão quanto às mazelas da incompetência e irresponsabilidade fiscal. Por isso, reclama a institucionalização de nova ordem pública assentada nos parâmetros da eficiência e eficácia.

O caminho a percorrer é longo e desafiador. Nunca, em qualquer outro período de passado recente, a administração pública esteve diante de tão rara oportunidade de se reencontrar, de corrigir sem transigir, de afastar os perfis inescrupulosos, excluir os oportunistas, de ter presente que a cidadania está assentada na solidez da base governamental, que exige qualidade dos serviços públicos e visibilidade.

Rafael Iatauro
Conselheiro e Presidente do
Tribunal de Contas do Paraná

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001.

“Vida Sim, Drogas Não”

Dom Pedro Fedalto
Jornal Gazeta do Povo

Cada brasileiro deve manifestar profundo reconhecimento ao eminentíssimo cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, o iniciador da Campanha da Fraternidade, em Natal, Rio Grande do Norte, em 1962, na qualidade de administrador apostólico, após ter sido auxiliar de Natal, 1954.

Dois anos depois a CNBB oficializou a Campanha da Fraternidade para todas as Dioceses do Brasil. Por isso a presidência da CNBB de 1964 merece igual reconhecimento, assim como todos que a preparam anualmente e a aceitam em suas dioceses, paróquias, comunidades.

Em cada ano, a Igreja no Brasil analisa objetivamente a realidade da Evangelização, aplicando-a à vida prática do homem e da mulher de nossos tempos.

A missão da igreja é evangelizar, anunciar Jesus Cristo.

Deve, porém, ser fiel como ensinou Jesus Cristo sempre se compadecia dos doentes e os curava. Quando o povo não tinha o que comer, depois de ouvir suas pregações multiplicava o pão e o peixe, saciando 5.000 homens, sem contar as mulheres e as crianças, com 5 pães e 2 peixes e ainda sobrando 12 cestos de pedaços (Mt. 14,15-21), repetindo o mesmo com 7 pães e uns peixinhos, alimentando 4.000 homens sem contar as mulheres e as crianças sobrando 7 cestos (Mt. 15,32-38).

Os apóstolos aprenderam as lições de Cristo. “Se alguém possuindo os bens deste mundo, vê seu irmão em necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele amor de Cristo? Filhinhos não amemos com palavras, com a língua, mas por ações e em verdade” (IJo.3,17-18). “Se alguém disser: amo a Deus, mas odeia seu irmão é um mentiroso, porque não ama a seu irmão a quem vê, a Deus que não vê não poderá amar” (IJo.4,20).

O mesmo entendeu o apóstolo Tiago que nos ensina, como devemos amar os pobres, os necessitados. Para isto basta conferir o que nos diz em sua carta, no capítulo segundo, afirmando que a fé sem obras é morta (Tg.2,1-26).

Se hoje há alguém necessitado é o dependente químico. A experiência mostra-nos todos os dias as consequências desastrosas da pessoa dependente do álcool, dos inalantes ou solventes (como a cola de sapateiro), das anfetaminas ou bolinhas, obtidas em laboratórios, sendo comprimidos ou injetáveis, gerando angústia, pânico, medo, cansaço intenso, depressão, idéia de perseguição.

A cocaína é um dos mais potentes excitantes do sistema nervoso central, causando alteração cardíaca, taquicardia, palpitações.

Crack é a cocaína transformada por meio de soda cáustica ou bicarbonato de sódio, para se tornar própria para fumar.

Gera depressão, paranóia, levando a pessoa à violência, ao suicídio. É reconhecida como a “droga da morte”.

Maconha é o nome do absurdo, cujas folhas secas são transformadas em cigarro. A longo prazo, provoca alterações na transpiração, tremores, ansiedades, aumento de batimentos cardíacos e altera a consciência.

O uso é muito mais freqüente que pensamos. Podemos afirmar que 83,8% dos estudantes do 1º e 2º graus, já experimentaram o álcool 51,2% das crianças entre 10 e 12 anos já usaram o álcool, 40% dos acidentes automobilísticos são provocados por pessoas alcoolizadas.

São consumidos de 600.000 quilos de cocaína por ano no Brasil.

O valor movimentado em dinheiro pelas drogas no mundo é de quatrocentos bilhões de dólares ou oitocentos bilhões de reais por ano.

Que cada um reflita seriamente sobre a Campanha da Fraternidade. Que sofrimento gera para a pessoa e para família o dependente químico, seja qual for a droga.

Qual é o seu agir?

Primeiramente prevenir para que ninguém se torne um dependente químico. Depois ajudar a quem se encontra nesta situação. Além da Pastoral da Sobriedade que tem a sua sede na rua Jacarezinho, 1717 - Fone 339.1113, há diversas casas de recuperação. Só da Igreja Católica, cito as casas: Comunidade Vida Nova - Padre Guilherme Tracy - Fone 335.8991, Associação Padre João Ceconello - padre João Ceconello - Fone 378.1011, Casa do Servo Sofredor - frei Chico - Fone - 349-1681- Sovida - Prof. Olien Zétola - fone 232.5872 e muitas outras. Que esta Campanha da Fraternidade faça refletir que a vida é o maior dom recebido de Deus e dos pais. Não há dinheiro que pague uma vida. Não pode ser dispersada, desprotegida, perdida.

Que cada um de nós se alie a todos que estão envolvidos na vida. Padre Dácio Bona com os Menores de Rua - infratores, dentro do Projeto de Liberdade Assistida, a Irmã, Alaíde da Silva, com as obras da Ação Social da Arquidiocese de Curitiba. Defenda a vida, combate as drogas.

Dom Pedro Fedalto
Arcebispo de Curitiba

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001.

“Lições de uma Califórnia às Escuras”

Gazeta Mercantil

O Estado americano da Califórnia - de Hollywood e do Vale do Silício, ícones da indústria cinematográfica e das empresas de alta tecnologia - vive uma grave crise de energia, num mercado que foi desregulamentado em 1995, sob os olhos atentos do mundo. Hoje o cenário é de blecautes e de disparada no preço da energia (saltou de US\$30 por MW/hora para US\$1.400 por MW/hora), o que tem provocado o êxodo de indústrias e a falência de empresas de distribuição de energia. Trata-se de um alerta para nossa ainda frágil economia que, na última década, vem se desvencilhando do intervencionismo estatal para mergulhar na chamada economia de mercado, inclusive em áreas estratégicas, como a de geração e distribuição de energia, com a alegria de quem descobriu a fonte da eterna felicidade e juventude.

Recomendo uma atenção especial dos alquimistas da economia nacional para as limitações do mercado, sobretudo em áreas estratégicas, nas quais a interface entre o interesse privado e as necessidades públicas cria condições complexas que precisam ser acompanhadas e monitoradas desde o nascedouro. Na Califórnia na desregulamentação desse mercado, foram fixadas metas tarifárias e divididas em competências privadas de geração e distribuição de energia.

Tudo funcionou de forma razoável até o momento em que o crescimento da demanda de energia - decorrente do crescimento econômico do Estado - não foi acompanhado pela oferta. No início de agosto, em seminário que organizei com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), na Assembléia Legislativa de São Paulo, Ron Echus, da Agência de Regulação do Estado do Oregon, chamou a atenção sobre o descompasso nos investimentos de produção de energia na Califórnia. As informações disponíveis indicam que, desde 1990, não houve construção de usinas de geração de eletricidade no Estado, numa demonstração clara de falta de planejamento e sintonia entre os setores públicos e privado. Em síntese, o setor foi desregulamentado, tarifas foram acordadas, mas a preocupação com a qualidade dos serviços e com a universalização do atendimento ficou em um plano secundário.

Agora, eles tentam consertar as coisas, e são muitas as incertezas sobre o futuro. O Comitê de Utilidade do mercado da Califórnia aprovou uma legislação que determina a volta e permanência do Estado ao mercado de energia. É bom registrar que foi uma decisão inédita e tomada por incontestáveis seis votos a favor e apenas uma contra. No que diz respeito aos reflexos econômicos, é voz corrente nos EUA que a queda de investimentos na área será muito grande. O presidente do FED, Allan Greenspan, tem afirmado que “o fenômeno não é um caso isolado nem uma aberração, mas um problema que precisa de solução rápida”.

Os deputados democratas Hertzberg e Fred Keeley são favoráveis a uma decisão mais drástica, que poderá culminar na autorização ao Estado para apoderar-se de ativos como os das linhas de transmissão da Southern Califórnia Edison e da Pacific Gas & Electric Co. Esse verdadeiro “imbróglio” americano, associado ao conhecimento do processo de privatização do setor elétrico brasileiro, aumenta a preocupação. Mesmo nos EUA, país com tradição em instrumentos de defesa dos cidadãos, a desregulamentação não conseguiu garantir que o setor privado se antecipsse às necessidades de demanda energética. Em qualquer lugar do mundo, grandes investimentos, não-realocáveis e com grande risco de retorno, têm uma vinculação histórica com o poder público. A impressão de que o mercado pode resolver tudo é ilusória; em alguns contratos de concessão no Brasil, constam cláusulas com preocupações sociais e auto-reguladoras. Mesmo assim, ainda não está assegurada a criação de mecanismos que cumpram as funções ordenadoras do estado, entre as quais está o zelo pelo equilíbrio da oferta e demanda, sobretudo em áreas em que os problemas de oferta não se resolvem com a simples importação de produtos.

É evidente que hoje existe uma realidade, particularmente no Brasil, na qual a capacidade do financiamento do Estado é quase nula. O modelo de desregulamentação é irreversível, mas não se pode ser inflexível nem fechar os olhos para problemas como os

do apagão argentino e dos blecautes californianos. É preciso redobrar a atenção com os serviços desregulamentados, para lhe garantir qualidade, universalidade e preços compatíveis com a nossa necessidade de desenvolvimento de competitividade.

É verdade que, apesar das semelhanças, existem algumas particularidades em relação à Califórnia que nos tranquilizam: as pressões ambientais no Brasil são menores, principalmente porque grande parte da nossa energia é de origem hidráulica; o poder de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é muito maior do que o da agência reguladora dos EUA, uma vez que, lá prevalece o poder dos organismos estaduais e, aqui, as agências estaduais recebem delegação da agência nacional; temos, ainda, o instituto de “contratos iniciais”, com fixação de metas para a expansão de energia.

É necessário consolidar o caráter diversificado da nossa matriz de energia para que não sejamos reféns, como a Califórnia em relação ao gás natural, de uma geração baseada num produto específico. É desejável que o Estado brasileiro tenha uma infra-estrutura mínima que garanta a energia para o parque industrial local por meio de investimentos na produção de energia e na consolidação da diversificação da nossa matriz energética, com a exploração de fontes como a biomassa.

No caso da Califórnia brasileira, o Estado de São Paulo, maior força econômica do País, cabe ainda uma urgente tarefa à Aneel e à agência reguladora local, Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE) rever a logística produtiva das concessionárias para que estejam de comum acordo com os números da economia paulista, de modo a evitar uma escassez de energia catastrófica à economia brasileira. Isso passa pela resposta a algumas questões do tipo: quantos megawatts foram adicionados à produção no Estado de São Paulo nos últimos cinco anos? Qual é a porcentagem de energia importada no período de pico de demanda? Qual é a garantia da população paulista para volatilidade no Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE).

Essas questões ficam ainda mais atuais quando se sabe que uma empresa do porte da Eletropaulo anuncia mudanças no seu modelo de gestão e que, neste instante, o Estado de São Paulo vive um clima de disputa societária que tem dificultado a implementação de uma política de investimentos em empresas

distribuidoras de energia, reflexos de uma reacomodação de sócios e de uma reorganização territorial das áreas abrangidas pelas distribuidoras. São processos que estão ocorrendo, se não contra mas ao menos à revelia dos consumidores, que não têm a mínima idéia do que se passa. Não se trata pois, de preconizar uma volta ao passado, mas de aprimorar os instrumentos de planejamento, controle e fiscalização para garantir serviços de qualidade a preços compatíveis.

“Engenheiro deputado estadual (PPS) e relator geral do Forum de São Paulo - Século XXI”

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Duílio Genari e Hermes Fonseca para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para a qual eleito, o deputado Duílio Genari agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH, JOSÉ MARIA FERREIRA, MARCOS ISFER, DUÍLIO GENARI, NEREU MOURA, LUIZ ACCORSI, HERMAS FONSECA e GERALDO CARTÁRIO.